

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MARABÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DINÂMICAS TERRITORIAIS E
SOCIEDADE NA AMAZÔNIA-PDTSA

TIESE RODRIGUES TEIXEIRA JÚNIOR

**FAZENDO AS PAZES COM A NATUREZA? ESTUDO SOBRE A
IMPLANTAÇÃO DO PROJETO “MUNICÍPIO VERDE” EM
PARAGOMINAS/PA.**

Marabá/PA
2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MARABÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DINÂMICAS TERRITORIAIS E
SOCIEDADE NA AMAZÔNIA-PDTSA

TIESE RODRIGUES TEIXEIRA JÚNIOR

**FAZENDO AS PAZES COM A NATUREZA? ESTUDO SOBRE A
IMPLANTAÇÃO DO PROJETO “MUNICÍPIO VERDE” EM
PARAGOMINAS/PA.**

Dissertação de Mestrado apresentada
ao Programa de Pós Graduação em
Dinâmicas Territoriais e Sociedade na
Amazônia (PDTSA), da Universidade
Federal do Pará (UFPA), para a
obtenção do título de Mestre.

Orientador: Profº Dr. Marcelo
Domingos Sampaio Carneiro.

Marabá/PA

2014

TIESE RODRIGUES TEIXEIRA JÚNIOR

**FAZENDO AS PAZES COM A NATUREZA? ESTUDO SOBRE A
IMPLANTAÇÃO DO PROJETO “MUNICÍPIO VERDE” EM
PARAGOMINAS/PA.**

Dissertação de Mestrado apresentada
ao Programa de Pós Graduação em
Dinâmicas Territoriais e Sociedade na
Amazônia (PDTSA), da Universidade
Federal do Pará (UFPA), para a
obtenção do título de Mestre.

Orientador: Profº Dr. Marcelo Domingos
Sampaio Carneiro.

Banca Examinadora:

Profº Dr. Marcelo Domingos Sampaio Carneiro
(Orientador e Presidente da Banca)
PDTSA e UFMA

Profº Dr. William Santos Assis (Examinador Interno)
PDTSA e UFPA

Profª Dr.ª Maria José Aquino Tesseirenc (Examinadora Externa)
UFPA

Profª Dr.ª Célia Regina Congílio (Examinadora Suplente)
PDTSA e UFPA

Marabá/PA

2014

À minha mãe.

Dedico.

Agradecimentos

Este trabalho é parte de uma etapa especial da minha vida acadêmica, na qual pude desenvolver, de forma mais sistematizada, algumas reflexões sobre uma parte especial da Amazônia brasileira - o Sudeste do Estado do Pará - Nessa etapa diversas pessoas contribuíram de forma única, com a minha caminhada. Minha mãe, Maria Raimunda Pinheiro, uma ribeirinha, trabalhadora da “roça”, que um dia deixou uma vida, às margens do alto rio Moju, para mudar-se comigo para a cidade, onde segundo ela, eu poderia aprender a ler e a escrever.

Professoras e Professores do PDTSA, especialmente: Celia Congilio, Nilsa Brito, Hildete dos Anjos, Edma Moreira, Myriam Oliveira, Mauro Silva, William Assis e Marcelo Carneiro pelas contribuições teóricas, afetivas, incentivos e solidariedades.

Agradeço à minha orientadora de projeto, Dr^a Myriam Oliveira, e ao meu orientador de dissertação, Dr. Marcelo Carneiro pelo convite para fazer parte de seu grupo de pesquisa. A experiência na pesquisa de campo em Paragominas foi de um aprendizado grandioso, que levarei comigo para a vida inteira!

Quero agradecer “*de coração*”, à Prof^a Dr^a Ana D’arc Azevedo, e aos meus colegas e minhas colegas de turma: Anilson, Flavia, Joice, Valtey, Renato, Ribamar, Laecio, Andre, Bressan, Cristiano e minha amada Rose... Por todos os momentos em que estivemos juntos... Minha dívida pessoal com cada um de vocês. Um agradecimento especial a grande amiga Ana Claudia, pelas palavras de apoio, incentivo, força, debates teóricos e muitas gargalhas tudo sempre regado, a um excelente café!

Ao amado João Flavio, porto seguro.

E por fim, e não menos importante, meus agradecimentos a Ronise Nóia, Paulo César, Paulo Silva, Fernanda Paula, Ivana Guedes..Foi o convívio privilegiado com cada um de vocês, que me ajudou a passar de forma satisfatória por essa fase importante da minha vida acadêmica!

Grato a todos (as)!

RESUMO

A crescente importância dos problemas ambientais no mundo contemporâneo tem levado ao desenvolvimento de abordagens teóricas que procuram verificar em que condições crescimento econômico e proteção ambiental podem ser compatibilizados. Dentre essas abordagens, a teoria da modernização ecológica é a que ganhou maior destaque. No espaço amazônico, elementos dessa abordagem se expressam no “Projeto Município Verde” (PMV), iniciativa desenvolvida no município de Paragominas/PA, que procurou dar uma resposta à pressão regulatória do governo federal contra o desmatamento, baseando-se na mobilização social de diferentes agentes sociais. Para compreender como o PMV desenvolveu-se, este trabalho procurou analisar sua vinculação com a história econômica local, analisando os discursos dos principais promotores do projeto, procurando também problematizar a representação dominante dele, como uma alternativa que consegue equilibrar desenvolvimento econômico e proteção ambiental. Para tanto, mobiliza elementos do referencial teórico-metodológico da análise do discurso, para tentar compreender a formulação e circulação dos enunciados que revelam aspectos importantes no percurso que levou Paragominas da condição de cidade-problema à de cidade-modelo. Ao final é feita uma reflexão que busca pontuar os elementos que dão ao “Projeto Município Verde”, a condição de um expoente da teoria da Modernização Ecológica no espaço amazônico.

Palavras-chave: Município Verde. Sociologia Ambiental. Modernização Ecológica. Paragominas.

ABSTRACT

The crescent importance from ambience problems in nowadays it has make to developed of theories that it search to find in which conditions economics progress and ambience protect can be equalized. Among that boarding the theory of ecological modernization is that win the best distinction. In the Amazon space, elements that boarding it shows on the project Paragominas Green Town(PMV), initiative develop on the municipality of Paragominas/PA, that has found to give a answer to the regulatory pressing from federal govern against the deforestation, it based on social mobilization of different social agents. To understand how PMV developed this search has found to analyze it's approximate with the economic local history, analyzing speeches from essential promoters of project, finding too, argues it's dominate representation like a alternative that can to equilibrate economic development and ambience protection. To this, move elements to the referential theorist-methodological of the analyses to the speech, to try to understand the creation and circulation of enounces that shows important aspects on way which has brought Paragominas to the town-problem to the town-model. In the end, is make a reflection that intend to show elements that give it to the project green town the place of a exponent of the theory to the ecological modernization on Amazon space.

Keywords: Green Town. Environmental Sociology. Ecological Modernization.Paragominas.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01. Localização do Município de Paragominas/PA.....	21
Figura 02. Localização do Município de Paragominas/PA.....	21
Figura 03. Logomarca do Projeto Município Verde.....	66
Figura 04. Mapa de gestão ambiental a partir do CAR.....	74
Figura 05. Mapa das áreas com CAR, em Paragominas/PA.....	77
Figura 06. Imagem do Parque ambiental, Paragominas/PA.....	78
Figura 07. Imagem do Lago Verde, Paragominas/PA.....	78

LISTA DE SIGLAS

ABRAS	Associação Brasileira de Supermercados
APROSOJA	Associação dos Produtores de Soja
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CDL	Clube de Diretores Lojistas
CI	Conservation International
BASA	Banco da Amazônia
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
GTS	Grupo de Trabalho da Soja
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IMAZON	Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia
ITERPA	Instituto de Terras do Pará
IDESP	Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Estado do Pará
LAR	Licenciamento Ambiental Rural
LAU	Licença Ambiental Única
MMA	Ministério do Meio Ambiente
ME	Modernização Ecológica
MPF	Ministério Público Federal
ONG	Organização Não-Governamental
PMV	Projeto Município Verde
PZFV	Programa Zona Franca Verde
PNUMA	Programa das Nações Unidas Para o Meio Ambiente
SEMA	Secretaria Estadual de Meio Ambiente
SIVAM	Sistema de Vigilância da Amazônia
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SPVEA	Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
SINCOPAR	Sindicato do Comércio de Paragominas
SPRP	Sindicato dos Produtores Rurais de Paragominas
TNC	The Nature Conservancy
TI	Terras Indígenas
TAC	Termo de Ajuste de Conduta
UC	Unidades de Conservação
WWF	World Wildlife Fund
ZEE	Zoneamento Econômico Ecológico

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO-----	12
CAPÍTULO I- Das Partes Para o Todo. -----	20
1.1 Contextualizações: objeto de pesquisa e metodologia utilizada -----	20
1.2. O processo de ocupação da região -----	22
1.3. A contestação ao desmatamento-----	28
1.4. Metodologia-----	33
1.5. Objetivos-----	38
1.5.1. Geral -----	38
1.5.2 Específicos -----	38
1.5.3. Hipóteses -----	38
CAPÍTULO II- A Construção Do Quadro Analítico -----	39
2.1. Notas sobre a ideia moderna de natureza e seus efeitos-----	39
2.2. A Modernização Ecológica -----	53
2.3. ONGs Transnacionais e Preservação Ambiental-----	61
2.4. Uma ONG Transnacional, em Paragominas-Pa: A TNC -----	62
CAPÍTULO III-O Projeto Município Verde: Do Discurso à Prática -----	65
3.1. Projeto Município Verde: agentes sociais e contexto de criação-----	66
3.2. O estabelecimento de pactos e parcerias para tirar o município da lista suja do desmatamento-----	71
3.3. Qual a natureza, e até onde vão as “ações verdes” em Paragominas? --	73
3.4. É possível apontar sinais de mudança na relação econômica da sociedade com a natureza em Paragominas?-----	81
À Guisa de Conclusão-----	87
REFERÊNCIAS -----	93

Introdução

Proteção da natureza, manejo sustentado, desenvolvimento sustentável, modernização ecológica, sociedade de risco, modernização reflexiva, responsabilidade ambiental, sustentabilidade, etc. Uma infinidade de discursos que resignificaram o adjetivo “verde” vem ganhando terreno nos enunciados que indicam uma preocupação da sociedade, ou de diferentes grupos sociais, com o meio ambiente no qual estão inseridos. Entender, de forma pormenorizada, como esses discursos nascem e se materializam na prática social é um desafio central para as ciências sociais.

Esta pesquisa se insere no âmbito do projeto “Crítica sócio-ambiental e ação empresarial: Estudo da construção da certificação da carne bovina na Amazônia brasileira”, coordenado pelo Prof Dr. Marcelo Sampaio Carneiro e tem como objeto de análise o “Projeto Município Verde”, iniciativa desenvolvida em Paragominas, no Estado do Pará, o qual servirá de porta de entrada para um estudo mais amplo, sobre a relação da sociedade com a natureza estabelecida naquela realidade.

A opção por esta localidade para realização da pesquisa empírica justifica-se por ser o “Projeto Município Verde”, uma experiência pioneira no Estado do Pará, em se tratando da construção de um novo padrão (prático-discursivo) de relação da sociedade com a natureza, em uma área marcada por disputas pela posse e manutenção dos recursos da natureza, e na qual se busca uma articulação entre preservação ambiental e crescimento econômico.

Os desdobramentos advindos desta realidade tornam este espaço singular, uma vez que diferentes segmentos da sociedade civil de Paragominas, juntamente com o poder público municipal, frente a uma realidade histórica marcada pelo agravamento dos conflitos pela posse e uso dos recursos naturais, viram-se obrigados a lançarem-se ao desafio de conceber novas estratégias para superar a crise ambiental ali estabelecida e adequarem-se a uma nova realidade ambiental. Assim, foi concebido e implantado o projeto “Município Verde”, que, em tese, procurou estabelecer uma nova perspectiva das atividades econômicas locais com a natureza.

Contextualizando o problema de investigação.

O modelo de produção imposto pela economia capitalista determina, em grande medida, as características do desenvolvimento nacional e suas estratégias regionais. Compreender a fronteira amazônica passa por entender a inserção do Brasil no sistema capitalista mundial, pós-Segunda Guerra, em que os Estados nacionais conservaram a função de controle territorial e são importantes construtores dos novos espaços. Neste sentido é que o povoamento da região amazônica esteve vinculado à expansão mundial do capitalismo.

Desde a busca por “drogas do sertão”, nos séculos XVI e XVII, passando pelo “ciclo da borracha”, nos séculos XIX e XX, para atender a demanda da indústria dos EUA e Europa, chegando às frentes de expansão agropecuária e mineral, intensificadas a partir dos anos de 1960, práticas que nortearam a relação estabelecida com a natureza no espaço amazônico. Essa afirmativa ganha um sentido forte quando se fala das áreas de fronteira agrícola na região em especial, das áreas da Amazônia Oriental. Sua constituição histórica tem sido marcada por intensas lutas sociais, entre indivíduos com interesses diversos no que tange à conquista, manutenção e exploração dos recursos naturais. Sendo também verdade que nela, o homem tem influído de maneira negativa sobre o meio natural. (BECKER, 1997; BATISTA, 2006).

A ocupação, em parte, planejada e sistemática da região amazônica como um todo, a partir dos anos de 1960-1970, evidenciou-se no sudeste paraense, após a construção das rodovias Belém-Brasília e Transamazônica. Nesse período, o Estado transformou a antiga Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) em Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, (SUDAM), criou o Banco da Amazônia (BASA) e a Zona Franca de Manaus (ZFM). Tudo para estimular o crescimento econômico (VICENTINI, 2004).

No fim dos anos de 1970 foi criado o Programa Grande Carajás (PGC), com ele o Estado brasileiro inaugurava a etapa de exploração mineral na região em escala mundial. Fruto de um acordo entre a Companhia Vale do Rio Doce, a maior exportadora mundial de ferro, e o governo militar, o também chamado “Carajazão”, apresentou-se como o grande projeto de desenvolvimento para a região que, de acordo como o discurso estatal, iria explorar de forma ordenada e

sistematizada os recursos naturais da Amazônia e com isso, superar as dificuldades econômicas vividas no país, por causa da crise mundial, e também diminuir as desigualdades regionais (BECKER,1997).

Nos anos 1980, grandes investimentos foram direcionados para o pólo mineiro-metalúrgico de Carajás, no sudeste do Pará. Essa empreitada exigiu o aumento do eixo rodoviário na região e ajudou na intensificação de atividades econômicas voltadas para a extração da madeira e exploração pecuária. Neste sentido os projetos de colonização estatais, uma das políticas públicas desenvolvidas pelo governo, que prometiam, por exemplo, infraestrutura e terra para os trabalhadores que para a região migrassem, provocaram a atração espontânea de gente vinda de diferentes partes do país. (FLEISCHFRESSER, 2006).

No tocante à formação da população do sudeste paraense e de sua cultura, Loureiro (1995, p.54) lembra que “a cultura de um povo é fonte inesgotável de símbolos, de experiências, de trabalho acumulado, de belezas e utopias”. Os que para cá migraram, vindos do nordeste, sul, sudeste, centro-oeste, trouxeram na memória referências de vida que ajudaram na construção do espaço local. Comidas típicas, formas de falar, de ver e sentir a natureza a sua volta também migraram para o solo amazônico. Neste sentido, a relação predominante estabelecida com a natureza foi de domínio e exploração dos recursos naturais à exaustão. Essa atitude era fruto de uma concepção de mundo hegemônica, em que a natureza existia para atender as necessidades humanas (THOMAS, 1996).

Em se tratando de danos ambientais, em específico no que refere à derrubada de florestas, a visão moderna de natureza imposta à região do sudeste paraense tem contribuído para tal realidade, denunciada por pesquisadores e pela mídia em geral. Por trás dessa lógica encontram-se as necessidades de produção para o mercado mundial, que busca atender a uma demanda cada vez maior por produtos oriundos dessa região, fato expresso, por exemplo, na voracidade da expansão da atividade madeireira e no forte crescimento da atividade pecuária.

Um município que espelha bem essa situação, que pode ser apontada como característica do conjunto da região sudeste do Pará, é o município de

Paragominas, cujos indicadores de destruição da cobertura florestal o colocaram na primeira lista suja do desmatamento, publicada pelo Ministério do Meio Ambiente. Aqui considera-se válido fazer uma pequena revisão de literatura sobre o que já se tem escrito sobre o projeto “Município Verde”.

Por conta da relação estabelecida entre a sociedade e a natureza, no ano de 2008, Paragominas passou a ser monitorado pela Polícia Federal na chamada “Operação Arco de Fogo”, uma ação conjunta com IBAMA, Secretaria Nacional de Segurança pública, (SENASP), Polícia Rodoviária Federal, e INCRA, com a finalidade de combater o desmatamento e o comércio ilegal de madeira na região, uma vez que o mesmo passou a constar na lista dos municípios que mais desmatam no Brasil. A partir de então “ iniciou-se um movimento de articulação e negociação entre o poder público local e segmentos empresariais para buscar novas alternativas de desenvolvimento” econômico sustentável para o município. (OLIVEIRA, 2012, p.124).

Assim, o uso desordenado e predatório dos recursos florestais, colocou Paragominas na “lista negra” dos maiores devastadores da natureza e o setor econômico passou a enfrentar problemas de ordem normativa, fundiária e de acesso a créditos bancários. As dificuldades atingiram os diferentes segmentos da sociedade local de formas distintas. Desde os mais abastados aos mais desprovidos financeiramente, sofreram os impactos da crise econômica advinda da crise ambiental: o fechamento de uma serraria poderia provocar a diminuição nos lucros do proprietário e o desemprego do trabalhador (OLIVEIRA, 2012).

Como resposta à inclusão na lista dos municípios que mais desmatam no país, “a prefeitura de Paragominas lançou, em 2008, o projeto Município Verde” (PINTO et al., 2009, p.17)..No início o projeto contou com parcerias de setores produtivos locais e órgãos governamentais entre eles: Sindicato dos Produtores Rurais de Paragominas (SPRP), Associação dos Produtores de Soja (APROSOJA), Sindicato do Comércio de Paragominas (SINCOPAR), Clube de Diretores Lojistas (CDL), Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA), e Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON). Em 2009, o programa recebeu a adesão da organização não governamental The Nature Conservancy (TNC). Segundo PINTO et al. (2009 p.15), “os objetivos dessa

iniciativa são excluir Paragominas da lista de maiores desmatadores da Amazônia e criar bases para sua adequação ambiental”.

Os eixos desenvolvidos pelo projeto são: pesquisa técnico-científica, monitoramento mensal da cobertura vegetal, capacitação de agentes locais para monitoramento e gestão ambiental, disseminação da educação ambiental nas escolas, ampliação das áreas de reflorestamento e manejo florestal e microzoneamento de imóveis rurais (AVIZ et al., 2011).

Aqui é válido lembrar que neste mesmo ano, de 2008, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) lançou a Iniciativa Economia Verde, com o objetivo de desenvolver um plano global de transição para uma economia verde, entendida como “aquela que resulta na melhoria do bem estar humano e da igualdade social, ao mesmo tempo em que reduz os riscos ambientais e as escassezes ecológicas” (PAVESE, 2011, p.16). Há, neste sentido, uma aproximação entre as duas propostas, no que tange à busca de alternativas para tratar os danos causados ao meio ambiente.

Uma importante contribuição nesse sentido vem dos estudos de Ferreira (2010), sobre Lucas do Rio Verde, no Mato Grosso, e o projeto Lucas do Rio Verde Legal, ao lembrar que o tripé daquela iniciativa, desenvolvida na segunda metade dos anos 2000, é de caráter ambiental, trabalhista e sanitário. Buscando uma harmonia entre o desenvolvimento econômico, através da agropecuária, e a conservação ambiental.

Tal iniciativa esteve ligada diretamente aos riscos dos impactos ambientais, e os prejuízos econômicos impostos à cadeia de produção agropecuária, que buscou formas seguras de sustentabilidade ambiental. Fruto da parceria entre Prefeitura Municipal, TNC, produtores rurais da região, empresas do agronegócio e Ministério Público Estadual, o projeto nasceu como uma reação ao boicote internacional, à venda de “produtos provenientes da Amazônia brasileira como o farelo de soja e o frango alimentado com a soja produzida no Estado do Mato Grosso”. (FERREIRA, 2010, p.77). No caso de Paragominas, um importante agente social que compõe a iniciativa é o Sindicato dos Produtores Rurais que busca fortalecer o setor do agronegócio.

Enquanto modelo de política pública sustentável, colocado em prática na região amazônica, o projeto Lucas do Rio Verde Legal apoia-se em uma perspectiva de desenvolvimento sustentável, que possa equilibrar as dimensões econômicas, sociais e ambientais em que setores da sociedade como: governo, empresas, trabalhadores rurais, mobilizem forças para reverter os impactos ambientais causados pela agropecuária predatória.

Em princípio é possível identificar elementos aproximados nas duas iniciativas, uma vez que em Paragominas, assim como, em Lucas do Rio Verde, há a tentativa de equilibrar desenvolvimento econômico e proteção ambiental. A ação inicial partiu do poder público, o setor do agronegócio é um importante ator social no processo, a TNC é uma parceira singular e o discurso oficial é marcado pelo ideal de proteção ambiental.

Oliveira (2012), em estudo sobre o município de Paragominas e a implantação do projeto “Município Verde” conclui que este projeto, enquanto ação de política pública promoveu o desenvolvimento econômico e social, em parceria com o uso sustentável dos recursos naturais; fortaleceu o sistema municipal de meio ambiente com a criação da Secretaria e do conselho municipal de meio ambiente, propondo uma agenda de trabalhos realizada em parceria com o governo do Estado do Pará, com forte participação do setor produtivo municipal.

As reflexões de Aviz (2012, p.11), sobre a implantação do Projeto “Município Verde” caminha no sentido de evidenciar a nova imagem do lugar, uma vez que se faz necessário passar de “município marrom, para município verde”. Assim, seus idealizadores se esforçam em divulgar a nova imagem de defensores da natureza, por meio da mídia escrita e televisionada, bem como no trabalho feito corpo a corpo com empreendedores de outros estados. Neste contexto, a TNC, parceira do projeto, ajuda na construção mundial de uma imagem positiva de Paragominas.

O “Projeto Município Verde”, enquanto proposta de desenvolvimento sustentável, fruto da ação inicial do poder público municipal apresenta-se complexo, dado o histórico de constituição da região de Paragominas, com intensos desmatamentos e acirradas disputas pelos bens naturais, bem como por apresentar-se como uma iniciativa de possível superação da antiga visão

moderna de natureza, e que se pretende superar o conflito estabelecido entre crescimento econômico e proteção ambiental.

Com base nessa problemática surge a seguinte pergunta de pesquisa: Em que medida a criação do projeto “Município Verde” e o surgimento do discurso de (re)valorização da natureza tem influenciado para uma mudança nas relações entre as atividades econômicas locais e a natureza, no município de Paragominas, no estado do Pará?

Para responder a essa questão, organizamos a dissertação da seguinte forma, destacando as principais questões presentes em cada capítulo.

O **primeiro capítulo** desta dissertação, **“Das partes para o todo”** discorre sobre o contexto estudado e as escolhas metodológicas, apresentando elementos constitutivos da chamada história oral e da análise do discurso, explicitando alguns conceitos para um melhor entendimento da opção metodológica desta pesquisa. Nela discutimos questões relacionadas a utilização de informações que tem como base a memória individual e coletiva utilizando para tanto, as contribuições vindas de Halbwachs (2006) e Pollak (1992). Ainda nesse capítulo procuramos contextualizar a problemática empírica de pesquisa inserindo-a, no contexto da crise ambiental global e seus reflexos na Amazônia brasileira, e em particular no município de Paragominas, procurando identificar quem são os agentes pesquisados. Aproximando mais a lente da pesquisa para o lócus do estudo, e colocando a região sudeste do Pará e o espaço do Município de Paragominas, no contexto de criação do PMV, as contribuições teóricas vindas de (LUCENA, 2008; OLIVEIRA, 2007; SILVA, 2011). Ajudam ainda a compor a primeira parte deste trabalho os objetivos e as hipóteses.

No segundo capítulo chamado de **“A construção do quadro analítico”** busca-se fazer uma incursão pelo processo de construção da ideia moderna de natureza, à luz dos estudos de (ANDERY, 1996; WILLIAMS, 2009; THOMAS, 1996; THOMPSON, 1997), bem como, da emergência de discursos que apontam fragilidades nas práticas de proteção ambiental existentes, a partir da década de 1970, e os novos caminhos presentes nos enunciados ditos “verdes”, ancorado nos debates vindos da sociologia ambiental e nas formulações teóricas da modernização ecológica, presentes nos estudos de (LENZI, 2006; OLIVIERI, 2009).

“O Projeto Município Verde”: do discurso à prática é o terceiro capítulo deste trabalho, onde se busca reconstruir a trajetória de constituição discursiva do PMV, perfazendo um percurso que mostra as idas e vindas deste processo. Uma abordagem que perpassa os elementos econômicos e socioambientais, olhando o meio ambiente, como um campo em que diferentes agentes sociais constroem e reconstroem discursos e produzem cenários para disputas específicas que são capazes de reconfigurar o espaço social. Estando com o PMV nas mãos, por assim dizer, neste capítulo são analisados enunciados, escritos e orais, vindos de diferentes vozes, de gestores públicos, de representantes do agronegócio local, de ONGs e de pesquisadores do tema. Aqui também é apresentado as ações do programa, o discurso falado e escrito, em sua forma materializada como prática social.

Na parte final, **a conclusão**, é feita a reflexão sobre os diferentes discursos constitutivos do PMV, em Paragominas/PA e o que faz com que essa iniciativa se apresente como uma expressão da teoria da modernização ecológica e o porquê, de se anunciar como um modelo de proteção ambiental, a ser seguido por outros municípios da região amazônica.

CAPÍTULO I - DAS PARTES PARA O TODO

1.1 Contextualizações: objeto de estudo e a metodologia utilizada.

As pesquisas demonstram que a relação da sociedade com a natureza, no espaço amazônico tem sido marcada por um processo de ocupação em que o tratamento predominante dispensado à floresta, e seus recursos naturais carrega um forte teor de destruição, pela imposição de uma visão de natureza definida pela busca do lucro. A partir da segunda metade do século XX, houve um agravamento desse quadro, provocado dentre outros fatores pela implantação dos chamados Grandes Projetos, como o Programa Grande Carajás, do qual fazia parte também, a construção da Hidrelétrica de Tucuruí, e a implantação de fábricas de alumínio (Albras-Alunorte) que atraiu para este espaço, pessoas oriundas de diferentes partes do país, com interesses diversos, tais como, camponeses, grileiros, pecuaristas, trabalhadores, etc. (OLIVEIRA et al., 2011).

Os conflitos pela posse e uso da terra na região, os choques entre as populações nativas e os que vieram de fora acirraram os conflitos, e o mundo passou a ver a região amazônica, também, como uma terra violenta e sem lei, com destaque para o estado do Pará, que ganhou espaço na mídia por ser o palco onde um espetáculo de violência se desenrolava de forma cada vez mais grave, fazendo parte dessa realidade estava Paragominas, município que à época chegou a receber o apelido pejorativo da imprensa, de “*Paragobala*” devido aos altos índices de violência registrados no município. (BECKER, 1997; FERNANDES, 2011).

É neste contexto que busca-se, a partir de agora, tecer aspectos da formação histórica do município de Paragominas, situado na região nordeste do estado do Pará, bem como, pontuar elementos *sui generis*, da relação sociedade-natureza estabelecidos naquele local. Tendo em seus limites os Rios Capim e Gurupi, essa parte da floresta amazônica já era ocupada, anteriormente, por duas sociedades bem particulares: Os povos indígenas e as populações ribeirinhas. As figuras a seguir, (01) e (02) ajudam nessa etapa.

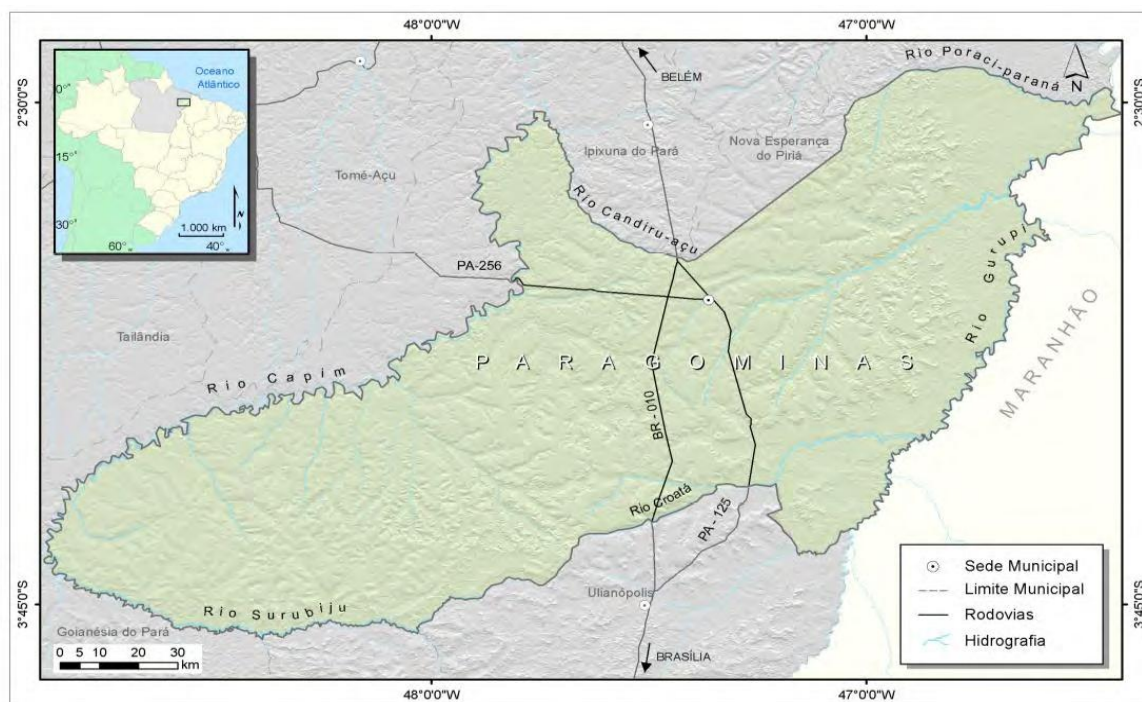


Figura 01-Mapa de localização do município de Paragominas, Pará.

Fonte: IMAZON (2009). Adaptação do autor.

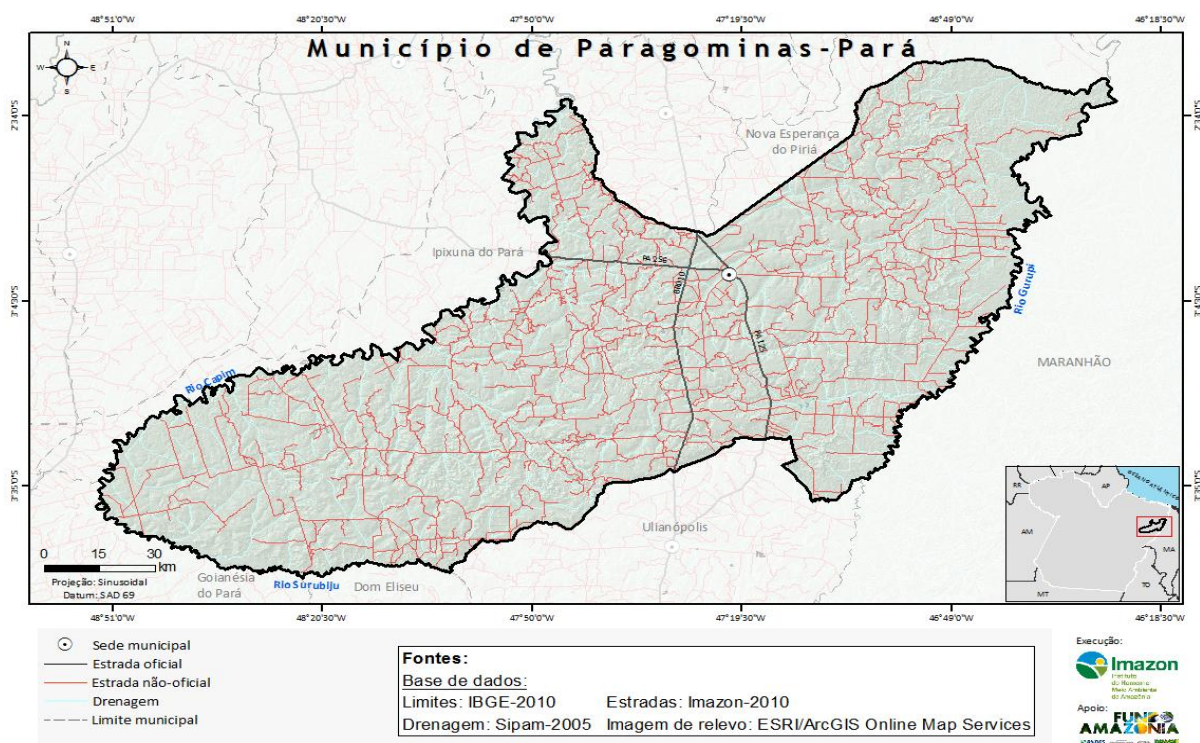


Figura 02-Mapa de localização do município de Paragominas, Pará.

Fonte: PMV Indicadores Municipais (2013). Adaptação do autor.

1.2. O Processo de Ocupação da Região.

No tocante às populações ribeirinhas, estas se fixaram na região desde a segunda metade do século XIX, e sua relação com o mundo natural, foi marcada pelo desenvolvimento de atividades (caça, pesca e extrativismo vegetal) importantes no processo de fixação do grupo no local. O trabalho na roça, a caça, a pesca, e a exploração de produtos florestais (madeireiros e não madeireiros) estavam na base do modo de vida daquelas sociedades. Na região do Rio Capim, a prática do trabalho no roçado esteve ligada a força de trabalho da mulher, após a derrubada da mata, feita por homens, a limpeza, plantio, colheita e fabricação da farinha eram tarefas, na maioria das vezes desempenhadas pelas mulheres. Naquele contexto era comum a prática do mutirão, havendo um revezamento no trabalho e beneficiamento de áreas de diferentes famílias. (LUCENA, 2007).

Dentre os grupos sociais que habitavam a região onde nasceu o município de Paragominas, podemos destacar o povo indígena Tupi, conhecido como Tembê ou Tenetehara, dividido em duas nações: Tembê e Guajajara. Estes habitavam a região, pelo menos desde os anos 1850, (BEZERRA NETO, 1988). Na visão deste povo a floresta amazônica, representava também, a possibilidade de se manterem protegidos do contato com a sociedade branca. Naquele período era comum o deslocamento regular desses índios entre os estados do Pará e Maranhão, como estratégia de proteção; também na região habitava o povo Amanayé, às margens do rio Capim. (ALVES FILHO, 2000).

As pesquisas dão notícias, que no ano de 1945, a legislação Federal voltou suas primeiras atenções para o espaço em questão, criando a Reserva Indígena Alto Rio Guamá, que abrangia áreas da margem esquerdo do rio Gurupi e direita do rio Guamá, e incluía os povos Tembê, Timbira, Guajá e Urubu-Kaapor. O decreto foi publicado em 27 de março daquele ano. O governo do estado Pará, por sua vez, criou a reserva Indígena Amanayé, através do decreto 306/45, de 21 de março daquele ano. No caso do povo Amanayé, a criação oficial da área não garantiu o segurança do grupo, que acabou por se transferir para a localidade de Barreirinha, margeada pelo mesmo rio. Na parte banhada pelo rio Gurupi, 20 anos depois teria origem o povoado, que mais tarde tornou-se Paragominas. (LUCENA, 2007).

Nos primeiros anos da década de 1950, mais uma vez, a região do Capim e do Gurupi foi afetada pela legislação Federal, quando foram lançadas as bases para a realização de um plano de transportes para a região amazônica, através do estabelecimento da Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), criada pela Lei 1.806, de janeiro de 1953. Essa empreitada, no entanto, só teria início em 1958, com a criação da Comissão Executiva da rodovia Belém-Brasília (RODOBRÁS), que recebeu a tarefa de construir a ligação terrestre de Belém do Pará, com a capital do País. (ALVES FILHO, 2008).

Nas frentes de serviços desenvolvidas pela RODOBRÁS, na realização de tal intento, a floresta desde o início apresentou-se como um forte obstáculo, para o transporte de máquinas, veículos, suprimentos, ferramentas e trabalhadores. Em alguns casos, foram construídas pistas de pouso, para pequenos aviões no meio da mata. Nesse sentido a natureza era vista como barreira ao projeto de desenvolvimento colocado em prática na região. (FIGUEIREDO, 1994). Derrubar a floresta era uma das principais tarefas daqueles que colocavam o projeto do governo em prática, os estudos indicam que mais de 4 mil homens trabalharam na primeira etapa de construção da estrada, em 30/01/1960, o Presidente Juscelino Kubitschek, entregou a estrada à população, o asfaltamento, porém, só seria concluído em 1974. Assim, a formação do município de Paragominas esteve intimamente ligada a este projeto governamental. (LUCENA, 2007).

Ainda no que diz respeito à constituição histórica desta parte da Amazônia, os registros acadêmicos nos contam que o pecuarista mineiro Célio Rezende de Miranda planejou a formação da cidade mesmo antes da abertura da Belém-Brasília, e que esta possibilitou que seu projeto se tornasse real, enquanto a escolha do local para o desenvolvimento do núcleo urbano, coube ao engenheiro Bernardo Sayão, responsável pela abertura da citada rodovia.(VALVERDE,1967). Assim, em outubro de 1961, foi lançada a pedra fundamental da futura cidade, distante 304 km, da capital do estado. Em 23 de janeiro de 1965, o município foi emancipado, desmembrando-se dos municípios de São Domingos do Capim e Viseu através da Lei nº 3.235, daquele ano. (LUCENA, 2007).

Para fortalecer seu projeto Célio Rezende de Miranda organizou uma caravana de empresários rumo à região, entre as suas intenções estava a de mostrar a eles a possibilidade, que o local apresentava para o desenvolvimento da pecuária. O sucesso da empreitada foi sentido de pronto, e se firmou ali uma relação forte entre o poder econômico e o poder político, percebida de forma negativa quando a floresta começou a ir ao chão, de forma nunca antes vista, para que a pecuária fosse estabelecida no município. (LUCENA, 2007).

As mudanças ocorridas no espaço de Paragominas, nos anos 1950, trouxeram para região outros agentes sociais, entre eles pecuaristas, grande parte vinda do sul, e homens em busca de trabalho, na maioria nordestina, parte destes ao chegarem ali trataram o local como se fosse terra sem dono. As populações ribeirinhas e indígenas que já habitam o espaço foram ignoradas ou expulsas de suas áreas.

A chegada de novos agentes sociais ao local imprimiu nova dimensão a exploração dos recursos naturais, e os diversos ramos da economia desenvolvida a partir de então apontavam os sinais de uma relação de dominação do homem sobre a natureza, em que a sociedade trataria a natureza como uma mera fornecedora de recursos essenciais à sobrevivência humana, e seria explorada à exaustão. Pensamento expresso, na chamada visão moderna de natureza. (THOMAS, 1996).

No processo de ocupação colocado em prática ao longo da rodovia Belém-Brasília, pequenos agricultores receberam lotes, mais próximos às margens da estrada, pelos quais não pagaram, mas também não receberam nenhum documento com o qual pudessem dar entrada em um processo de regulamentação fundiária de suas propriedades. No começo dos anos 1960, o governo do estado do Pará, começou a emitir documentos provisórios, com a intenção de regularizar a situação daqueles trabalhadores, que desprovidos de recursos financeiros, e de atenção do poder público enfrentaram muitas dificuldades para se fixarem ao longo da rodovia, sendo comuns os casos em que terras de pequenos produtores foram anexadas às grandes propriedades, num intenso processo que encareceu as terras ao longo da rodovia, e excluiu os camponeses de seu acesso. (VICENTINI, 2004).

Na década de 1970, o desmatamento avançou sobre o território do município, inclusive nas áreas de reservas indígenas. À medida que o fluxo migratório se espalhava para outras áreas, os conflitos pela posse da terra ficavam mais visíveis. No caso dos ribeirinhos, que habitavam a região do Rio Capim, e que não possuíam o título de suas propriedades, um dos únicos instrumentos que podiam fazer uso na luta por suas terras eram as benfeitorias que tinham feito isso, porém, não era garantia de vitória. Muitos foram obrigados a abandonar suas propriedades, e vender a força de trabalho nas fazendas que se formavam por todos os lados, nesse processo a grilagem de terras contribuiu para a consolidação do latifúndio hegemônico na maior parte do município.

Lucena (2007) lembra que Paragominas foi erguida em bases latifundiárias, com uma classe dominante que negociava terras a distância, mesmo que fossem áreas habitadas por ribeirinhos ou povos indígenas. Nessa relação com a natureza, a obtenção de lucros foi o motivo que definiu as ações realizadas. No geral, os grandes proprietários demonstravam a intenção de ficar por um curto período de tempo na região e depois voltarem para seus estados de origem, no sul e sudeste do país. Com a intenção de promover o ordenamento no processo de ocupação da região às margens da Rodovia, em 1975, o governo do Estado do Pará criou o Instituto de Terras do estado do Pará, ITERPA, tendo o combate à grilagem e a ação de especuladores como parte da agenda do órgão.

No aspecto econômico, três frentes foram desenvolvidas. Uma chamada de zona malveira, com intensa produção de malva, arroz, e farinha de mandioca, onde as feiras livres eram uma constante; outra zona era a pastoril em que a agricultura era destinada à subsistência. Ali foram se desenvolvendo extensas pastagens para a introdução da pecuária de corte, que desde o início foi a atividade econômica predominante, porém, uma terceira atividade foi colocada em prática em toda a extensão do município, a exploração da madeira.(LUCENA, 2007).

Na relação estabelecida entre os grandes proprietários e o meio natural, a derrubada da mata sempre era o ponto inicial. Fazendo uso prioritariamente de machados, facões e da força de trabalhadores imigrantes, grandes extensões da floresta eram colocadas no chão, para o nascimento das pastagens que aos

poucos foram alterando o cenário do local. Após a derrubada, as árvores de grande porte eram transportadas até a cidade, e beneficiadas nas serrarias, a mata que vinha ao chão era queimada poucos dias após a derrubada. Em seguida era feito o plantio do capim e os trabalhadores eram dispensados, ficando a mercê da própria sorte. O solo explorado à exaustão, em pouco tempo cederia espaço a outros ramos da economia, como por exemplo, a pecuária.

Paralelamente ao desenvolvimento da atividade pecuária, em Paragominas, nos anos 70, ganhou espaço a exploração de madeira. Dentre os fatores que impulsionaram o desenvolvimento dessa atividade na região, podemos citar a melhoria nas condições de acesso aos grandes centros do país, com o asfaltamento da Belém-Brasília, em 1974, o baixo custo da mão de obra, a expressiva quantidade de madeira existente no local e a facilidade para a implantação da indústria de beneficiamento da madeira. No fim da década de 1980, a atividade madeireira já era o setor mais forte da economia de Paragominas. (FIGUEIREDO, 1994).

Com relação aos impactos ambientais, até a década de 1970, a perda da cobertura vegetal esteve diretamente ligada à agropecuária de forma específica, e a ocupação da terra de uma forma geral. Nas décadas de 1980, e 1990 a extração da madeira acentuou esse processo, o município tornou-se um importante polo madeireiro registrando a presença de 240 indústrias do setor. Somado a isso, no início dos anos 2000, a indústria do carvão acelerou o processo de devastação da cobertura vegetal. Continuando a prática econômica de exploração dos recursos da natureza de forma intensa, o setor madeireiro deu sinal de queda já nos primeiros anos da década de 1990, uma crise econômica que exigiu a articulação das forças políticas e econômicas do local no sentido de buscar outros canais de exploração de sua principal fonte econômica, amadeira. (PINTO et al., 2009).

Frente à crise do setor madeireiro, em Paragominas, a produção de grãos passou a ser vista como uma saída econômica viável. Ao longo das décadas de 1980, e 1990, houve um deslocamento de produtores de grãos do sul e sudeste do país, para a região amazônica. Concomitante aos acontecimentos locais, o mercado global passou a desenvolver produtos com a marca Amazônia. Em 1996, lideranças econômicas de Paragominas visitaram o município de Balsas,

no Maranhão, para conhecerem as plantações de soja que estavam sendo desenvolvidas naquela região.

É nessa década, também, que segundo Becker (2004) acontecem mudanças estruturais significativas para uma nova configuração da região. O desenvolvimento de redes de comunicação possibilita uma maior articulação entre a população interna e externa; a indústria da extração mineral ganha hegemonia; Amazônia passa a produzir também bens de consumo; a taxa de urbanização é uma das maiores do país, a sociedade passa a se organizar mais em torno de suas demandas; os ecos dos movimentos ambientais globais, que já existiam na região desde, o período militar, por exemplo, com a criação da FASE, em 1961, organização não-governamental, que já buscava alternativa à proposta de desenvolvimento colocada em prática na Amazônia, ajudou a fortalecer o debate sobre as questões de natureza socioambiental, em especial, às ligadas à disputa pela posse e uso da terra, entre diferentes agentes sociais, dentre os quais grandes fazendeiros, pequenos produtores, reservas indígenas, unidades de conservação, ganhou novo impulso e assim, a Amazônia passou, para o imaginário social, como uma parte importante do território brasileiro.(AQUINO, 2003).

Em Paragominas, os empresários buscaram a ajuda do governo do Estado do Pará, firmando uma parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, EMBRAPA/PA, que ficou responsável por desenvolver estudos que apontassem qual o tipo de soja seria mais adequado ao solo do município. Já no ano de 1997, houve uma campanha do governo local incentivando fazendeiros e madeireiros a investirem na produção de grãos, empreitada que se mostrou árdua naquele momento, em boa medida, pela falta de experiência dos capitalistas. (SILVA, 2007).

Estes então buscaram apoio junto a lideranças do governo do estado do Pará e empresários dos municípios de Santarém e Redenção, no Pará, promoveram uma intensa mobilização para atrair investidores de outros estados, como Paraná e Mato Grosso, para o município, mostrando que a produção de grãos para a exportação era um negócio viável. Uma década depois Paragominas tornou-se um importante produtor de arroz, milho e soja na região. (FERNANDES, 2011).

Neste cenário, o governo do estado do Pará passou a trabalhar no sentido de reordenar a ocupação das terras degradadas pela exploração da pecuária no município, com a intenção, dentre outras, de responder às demandas por grãos do mercado mundial. Assim, se fazia necessário a reorganização do empresariado local, que fora pecuarista, madeireiro e chegara ao agronegócio. O governo estadual por seu lado, em 2005, lançou o Programa Pará Rural, “que tinha como objetivo realizar o ordenamento territorial e geração de renda no estado” Dele fazia parte o Zoneamento Ecológico e Econômico, ZEE, que buscava identificar áreas de conservação, protegidas e de expansão econômica. (LUCENA, 2007, p. 65).

De acordo com o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia, Imazon, e o Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Estado do Pará, IDESP, através do boletim Indicadores Municipais, dedicado aos aspectos econômico e socioambiental, de Paragominas apontou que na década 2002-2011, este município perdeu 1.261,1 quilômetros quadrados de sua floresta nativa, com o pico de desmatamento em 2005, que chegou a 330,5 quilômetros quadrados, após aquele ano passou a manter a taxa abaixo do determinado pelo Ministério do Meio Ambiente, MMA, para a Amazônia. (IMAZON, 2012).

1.3. A Contestação ao Desmatamento

Agora buscando inserir o objeto desta pesquisa, ao espaço social e natural, acima delineado, as pesquisas sobre o “Projeto Município Verde” apontam que há uma ligação entre este e o combate ao desmatamento da região Amazônica. Nesse sentido, podemos dizer que a chamada “moratória da soja”, conhecida também como uma campanha organizada pelo Greenpeace, a partir de 2006, contra a importação de soja oriunda de áreas desmatadas da Amazônia, aparece como um importante marco na adequação ambiental dos produtores de soja, renunciando o que viria a ocorrer mais tarde, com a exigência de um compromisso com o desmatamento zero para a região.

Desta forma, representantes de associações comerciais e organizações não governamentais criaram o Grupo de Trabalho da Soja (GTS), que desenvolveu uma cartilha informando as regras do Código Florestal Brasileiro aos produtores de soja, indo além, criou um sistema para mapear e monitorar a

derrubada da floresta, relacionada à produção da soja em solo Amazônico. (BARRETO et al., 2012).

A partir do ano de 2008, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) passou a divulgar uma lista com o nome dos municípios que mais desmatavam a Amazônia, o que significou que esses municípios passaram a sofrer embargos, como a restrição do acesso dos produtores aos financiamentos agrícolas feitos pela rede bancária oficial.

Paragominas que fez parte desta primeira listagem sentiu os efeitos da restrição de crédito. Para que os municípios saíssem da “lista suja”, foram estabelecidos alguns critérios como a redução da taxa de desmatamento para abaixo de 40 Km² ao ano; ter ao menos 80% da área cadastrada no CAR; que a média dos desmatamentos dos períodos de 2009-2010 e 2010-2011 tenha sido igual ou inferior a 60% em relação à média do período de 2006-2007, 2007-2008, 2008-2009. Em março de 2010, após ter cumprido as exigências da legislação Federal, o município foi o primeiro a ter seu nome retirado da referida lista, pela portaria nº 67, de 24/03/2010, (DOU de 25/03/2010). (IMAZON, 2012).

Outro elemento importante na constituição, do que mais tarde seria o PMV, nasceu a partir de ações judiciais do Ministério Público Federal do Pará e do Ibama, iniciadas em junho de 2009, contra fazendeiros e frigoríficos por desenvolverem atividades econômicas ligadas ao desmatamento. Além do mais recomendaram que 69 redes de supermercados e indústrias não comprassem carne oriunda dos frigoríficos envolvidos em tais ações. Ao mesmo tempo, o Greenpeace lançou nova campanha, desta feita contra a pecuária ilegal. Como desdobramento dessas ações, contratos com frigoríficos foram suspensos e Associação Brasileira de Supermercados (Abras), comunicou em agosto de 2009, que passaria a exigir uma certificação de origem dos fornecedores de carne. (BARRETO et al., 2012).

Neste cenário, também como resultado das ações governamentais para conter o avanço do desmatamento, grandes e pequenos proprietários rurais deveriam registrar seus imóveis no Cadastro Ambiental Rural (CAR), da Secretaria de Meio Ambiente (SEMA), um registro eletrônico obrigatório para todos os imóveis localizados fora de Terras Indígenas (TI), Unidades de Conservação (UC) de domínio público e áreas urbanas. “O registro envolve

apresentar um mapa georeferenciado e os dados do detentor do imóvel, os quais ficam disponíveis na internet. A transparência inibiria novos desmatamentos” (BARRETO et al., 2012, p. 21). Na sequência os frigoríficos deveriam solicitar dos produtores de carne o Licenciamento Ambiental Rural (LAR), “autorização concedida aos proprietários rurais para realizarem empreendimentos ou atividades que utilizem os recursos ambientais” conseguida após a apresentação de um plano de recuperação das áreas desmatadas. Ao longo do mês de julho de 2009, os frigoríficos assinaram o TAC incluindo compromissos ambientais que iam de só comprar carne de fazendas registradas no CAR, a não comprar de fazendas estabelecidas em Terras indígenas e Unidades de Conservação.

Por seu lado, o governo do estado do Pará comprometeu-se junto ao MPF, a promover o aparelhamento dos órgãos públicos ambientais, disponibilizando recursos financeiros para o acompanhamento e cumprimento dos TACs. Nesta corrente ainda, as ações do MPF atingiram o setor financeiro, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) determinou novas diretrizes socioambientais para o financiamento do setor agropecuário. Somado a isso, o Greenpeace continuou sua campanha, contra o desmatamento ilegal provocado pela pecuária. É da combinação de elementos como a moratória da soja, as ações do Greenpeace e do MPF, seus desdobramentos no campo da restrição econômica e adequação ao CAR, que passo a passo foi se constituindo, primeiro no discurso falado, depois como prática social a iniciativa “Município Verde”, em Paragominas, no estado do Pará. (BARRETO et al., 2012).

Ponto de vista com o qual, o Presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Paragominas, Mauro Lúcio¹, concorda e vai além, lembrando que a pressão vinda dos órgãos governamentais, e os efeitos desta sobre o setor produtivo local, também contribuíram nesse processo, pois, a restrição ao crédito imposta aos produtores rurais os obrigou a repensar suas relações de produção econômica com a natureza. Outros elementos apontados foram a parceria com Organização não governamental TNC, no ano de 2008, a experiência vinda do

¹ Entrevista realizada do SPR- em 12/08/2012, na sede Paragominas.

Município de Lucas do Rio Verde, MT, os recursos financeiros vindos do fundo Vale, e a parceria com o poder público Municipal de Paragominas.

Lucas do Rio Verde, no Mato Grosso, enquanto uma das fontes de inspiração para o “Projeto Município Verde” em Paragominas, no Pará apresenta-se como uma região pertencente à expansão de fronteira agrícola, que a partir da segunda metade do século XX colocou em prática um modelo de desenvolvimento em que a exploração dos recursos naturais foi conduzida pela visão moderna de natureza. (THOMAS, 1986).

Ali, as alterações provocadas pela degradação ambiental traduzidas em pressões ambientais vindas de órgãos governamentais e não-governamentais obrigou o capitalismo, representado pelo agronegócio, a buscar caminhos para se adequar ao novo momento colocado pela necessidade de proteção do meio ambiente. Entre as estratégias colocadas em prática naquela realidade, figura o projeto Lucas do Rio Verde Legal, planejado em 2005 e efetivado em 2007, que através da Licença Ambiental Única (LAU), seu instrumento base, regularizava a atividade agrícola, sustentando a ampliação e remodelando a ação capitalista. Entre os agentes sociais promotores da ação figuram: Prefeitura Municipal, Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA), as indústrias Sadia, Fiagril e Syngenta, Sindicato Rural de Lucas do Rio Verde, Fundação Rio Verde, Ministério Público Federal e a ONG *The Nature Conservancy* (TNC), que realiza o mapeamento das áreas. (CAPARROZ, 2010).

O projeto se faz acompanhar de um novo discurso amparado na sustentabilidade e na criação de novas relações de exploração da natureza, socialmente mais aceitas. Neste sentido se apresentou como “um modelo de desenvolvimento econômico agrícola capaz de enfrentar e solucionar o problema da agro industrialização e degradação ambiental”, proposta que serviu de base para uma política estadual de desenvolvimento sustentável, no Mato Grosso. (CAPARROZ, 2010).

De volta a Paragominas, e ao seu processo de constituição do PMV, Barreto e colaboradores (2012), nos contam que em 2008, com a inclusão de Paragominas na lista dos maiores promotores do desmatamento na região, o clima na esfera local esquentou. Naquele ano, o Ibama realizou uma grande ação contra “a exploração ilegal da madeira, produção ilegal de carvão e

desmatamento”. A sede local do órgão foi incendiada, fato que intensificou a fiscalização no município. Frente a isso, o prefeito e lideranças empresariais assinaram o pacto “Paragominas Município Verde”, pelo fim do desmatamento ilegal.

O pacto recebeu inicialmente o apoio do governo do Estado através da Secretaria Estadual do Meio Ambiente e do Imazon. Mais tarde também houve a adesão da Organização não governamental The Nature Conservancy. Duas estratégias básicas foram adotadas inicialmente pelo PMV, monitoramento do desmatamento e registro das propriedades rurais no CAR. Alertas mensais de desmatamento passaram a ser enviados pelo Imazon à Sema, em campo, agentes treinados, verificavam *in loco* as áreas desmatadas identificadas por satélite. A partir de então, a prefeitura assumia a responsabilidade de acionar o poder público, na esfera estadual ou federal, conforme o caso, para efetivar as autuações devidas.

Por conta das restrições legais, gradualmente, os fazendeiros passaram a realizar a inscrição no CAR, O MPF, e o Secretário Estadual de Meio Ambiente, garantiram que esta ação, os isentava de possíveis processos por crimes ambientais cometidos anteriormente. Os produtores rurais deveriam recuperar as áreas degradadas, de acordo com a lei; A TNC, por sua vez, disponibilizou um técnico para fornecer as informações necessárias à inscrição no CAR, para acelerar o processo. Assim, em dois anos de programa, “o desmatamento caiu 80%, e pelo menos 80% da área dos imóveis privados estava registrada no CAR.” Em março de 2010, após ter cumprido as exigências da legislação federal, o município foi o primeiro a ter seu nome retirado da referida lista, pela portaria nº 67, de 24/03/2010, (DOU de 25/03/2010). Em razão do sucesso do pacto pelo desmatamento zero, de 2008, as lideranças políticas e econômicas locais decidiram oficializar um novo pacto em 2010, desta vez “pela produção legal e sustentável, envolvendo os setores florestal, pecuário e agrícola.” (BARETO et al., 2012, p. 24).

Em face deste êxito, em março de 2011, um ano após a iniciativa de Paragominas, o governo do estado do Pará lançou o Programa Municípios Verdes (PEMV), com a intenção de promover de forma consistente a redução do desmatamento no estado, e lançar as bases para a efetivação de uma

“economia verde”, “com baixo teor de carbono e alto valor agregado” Os eixos básicos do programa são: “ ordenamento ambiental e territorial, apoio a produção sustentável e fortalecimento dos sistemas municipais de meio ambiente para a gestão ambiental compartilhada”. (AMARAL et al., 2009, p.12). Até 27 de julho de 2011, 89, dos 144 municípios do estado do Pará já haviam aderido ao PMV. (BARETO et al., 2012).

1.4 Metodologia

Para obter as informações que foram analisadas na pesquisa foram realizadas entrevistas com os principais agentes envolvidos na construção do “Projeto Município Verde” e foi feita uma revisão de literatura, através da consulta a bibliografia já elaborada sobre o processo de ocupação da região de Paragominas e da evolução socioeconômica desse município.

Optou-se pela técnica da entrevista semi-estruturada, em que os interlocutores foram instigados a falar sobre o objeto a partir de questões gerais sobre o mesmo. Para realizar as entrevistas foi feito um trabalho de campo no período de 12 a 16 de agosto, de 2012, junto com os professores Marcelo Carneiro, William Santos Assis e Myriam Oliveira no Município de Paragominas. Nessa ocasião foram entrevistados o Presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Paragominas, Sr Mauro Lúcio, o Prefeito Municipal de Paragominas à época Sr. Adnam Demarcki, o representante da ONG TNC, Fábio Niedermeier, e o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paragominas.

Além dessas entrevistas, a equipe realizou uma visita de dois dias, ao Assentamento de Reforma Agrária Paragonorte, também conhecido como CAIPE, para verificar como os agricultores familiares estavam sendo envolvidos, ou não, no “Projeto Município Verde”.

Ao se proclamar como uma iniciativa que busca articular crescimento econômico e desenvolvimento sustentável, o PMV, instigou uma caminhada que buscou a compreensão mais elaborada das construções ideológicas da proposta. A categoria ideologia aqui é emprestada da análise do discurso, que a considera como um discurso que busca evidenciar uma realidade. (FOUCAULT, 2008). Na composição do material para análise, da revisão de literatura ou das entrevistas realizadas, optou-se por um caminho em que diferentes falas fossem

analisadas, considerando enunciados dominantes, e não dominantes, bem como a sua origem. Esses discursos foram assim subdivididos:

1-Textos institucionais produzidos pelas políticas públicas do Governo Federal, para combater o desmatamento na Amazônia;

2-Textos institucionais produzidos por interlocutores ligados a Instituições de ensino e Pesquisa, e de Organizações não-governamentais como Imazon e TNC;

3-Textos produzidos a partir da transcrição das entrevistas realizadas com agentes sociais relacionados com a experiência do PMV, em Paragominas, Pa.

As informações foram buscadas tomando como base a pesquisa qualitativa, uma vez que esta considera o objeto de estudo em toda a sua complexidade, observando a dinâmica dos agentes sociais a partir de suas realidades históricas e culturais, dando especial valor aos significados e os sentidos atribuídos pelos agentes às suas experiências de vida. (TEIXEIRA, 2002)

Nesse tipo de pesquisa a construção dos dados está ligada diretamente a instrumentos que priorizam a interação verbal entre o pesquisador e os pesquisados. Neste trabalho os dados coletados são, também, de natureza subjetiva e o discurso encontra-se na base do processo de investigação, para tanto, como já foi citado aqui, a adoção da entrevista foi um aporte fundamental, mas não o único. A opção pelo uso das entrevistas justifica-se pela intenção de mapear as práticas sociais específicas, assim como os possíveis conflitos e as contradições do objeto em estudo. Teixeira (2002) sinaliza que as entrevistas permitem um mergulho profundo, na forma como cada agente social percebe a sua realidade, o que permite uma melhor compreensão das relações que se estabelecem no contexto social em foco. Lembrando que esse procedimento requer rigor, esclarecimento, e seriedade.

No ato da realização das entrevistas, em especial as abertas, ou semi estruturadas é fundamental propiciar situações formais e informais, que possam provocar um discurso mais ou menos livre, mas que atenda aos objetivos da pesquisa. Outro elemento importante nesse processo é a análise das entrevistas, que por sua vez requerem também cuidados, pois, como nos lembra

Alberti (2007), ao se debruçar sobre o material coletado, o pesquisador deve evitar a armadilha de buscar nas falas dos pesquisados, apenas leituras da realidade que confirmem suas hipóteses, uma vez que esse caminho pode transformar a pesquisa apenas em um reflexo da subjetividade do pesquisador.

Neste sentido, este trabalho está filiado também, à utilização metodológica das categorias de análise da História oral. Ancorada nos princípios da Escola dos Annales Francesa², esse conjunto de procedimentos foi utilizado em sentido estrito aqui, uma vez que as entrevistas representam um importante produtor de fontes.

Aceitar os procedimentos da história oral, implica entender que seu ponto de partida é entrevistas feitas no tempo presente, com gravações que envolvem expressões orais emitidas com a intenção de serem articuladas para explicar uma realidade. A entrevista recebe a denominação de documento oral. Sendo importante lembrar que a palavra dita e gravada, não existe de forma isolada. Assim, elementos como: gestos, risos, silêncios, pausas... que não tem registros verbais garantidos, podem integrar os discursos analisados. Considerar isso é um dos desafios da história oral. (ALBERTI, 2007).

Neste panorama buscou-se trabalhar com as ferramentas da história oral, no processo empírico da pesquisa entendendo que fazer uso desta é agir em um ato premeditado, seguindo a orientação de um projeto; é um procedimento que ocorre em tempo real, com pessoas vivas colocadas em um diálogo; é estabelecer vínculos com a memória, modos de narrar e a identidade do grupo entrevistado; e que o espaço e o tempo da história oral são o aqui, e o agora e o resultado dela deve ser um documento. (ALBERTI, 2007).

Enquanto peça importante da história oral, Pollak (1992) destaca o potencial dos estudos que se utilizam da categoria memória individual e coletiva, na construção de fontes que possibilitem leituras da realidade social. Como principais elementos constitutivos da memória este autor destaca os acontecimentos vividos de forma coletiva pelas pessoas e os lugares da

² Movimento de renovação da historiografia Francesa, do final da década de 1920, iniciado por Marc Bloch e Lucien Febvre. Como o próprio título anuncia a Escola dos Annales reuniu pesquisadores de outras áreas das ciências humanas, propondo uma escrita da história que privilegiasse o econômico e o social, e não apenas o político. (BURKE,1990).

memória, que são os espaços que remetem à lembranças. Neste sentido, o autor lembra que no processo de construção da memória, dependendo do momento, elementos podem ser excluídos, recalcados, esquecidos ou gravados. Optar por utilizar esta categoria é também entender que a memória seleciona o que deve, ou não, ser lembrado no momento da (re)construção de determinado acontecimento.

A categoria memória permeia este estudo, pois “[...] Recorremos a testemunhos para reforçar e também para completar o que sabemos de um evento sobre o qual já temos alguma informação.” (HALBWACHS, 2006, p.29). Os discursos dos entrevistados sobre o processo de construção do projeto “município verde” foi considerado em sua situação histórica e social, em que os testemunhos buscaram compor uma reconstituição dos acontecimentos a partir de suas lembranças, atribuindo sentidos às mesmas, uma vez que se sentem participantes ativos no desenrolar do fenômeno analisado.

Esta enquanto pesquisa que faz uso dos discursos orais e escritos, para revelar seu objeto, mas entendendo que historicamente, no Brasil, o discurso escrito foi sobreposto ao oral, foram consideradas as observações propostas por Alberti (2007), no que diz respeito à natureza do discurso oral produzido pela memória. Este como prática discursiva fala de um lugar específico em que as condições de produção, os sujeitos produtores do discurso, e o lugar da história em que este se encontra precisam ficar bem explícitos, uma vez que o discurso oral, assim como o escrito é historicamente produzido.

Como última e importante peça a compor o *corpus* metodológico deste trabalho, foi feito uso dos procedimentos teóricos da análise do discurso (AD), considerando elementos vindos das tradições francesa e anglo-saxã. A primeira valendo-se mais do texto escrito, originada na linguística, e a segunda privilegiando o texto oral etimologicamente ligada à antropologia e à sociologia. (SILVA, 2005).

Esta proposta de estudo buscou captar o processo de constituição da iniciativa “Município Verde”, em Paragominas/PA, centrando o olhar no ir e vir das ações, por isso, também, filiou-se aos elementos metodológicos da Análise do Discurso. Discurso, palavra que, traz em sua constituição a ideia de “percurso, movimento, de correr por”, existindo assim, um sentido aproximado

entre o objeto desta pesquisa e análise do discurso, enquanto caminho metodológico, que faz uso do discurso como objeto para suas análises explicativas. (SILVA, 2005).

A análise do discurso considera a língua e as ações humanas como sistemas concretos. Considerando os sistemas e as condições de produção do discurso, percebendo que ambos são influenciados por elementos exteriores do contexto de produção discursiva, fazendo valer a premissa de que o discurso é um objeto socio-histórico onde se manifesta a intervenção direta do construtor do mesmo. Foucault (2007), por exemplo, nos lembra que enquanto formação a análise do discurso se inscreve num quadro que articula o saber linguístico, e o social, fortemente atravessado pela ideologia.

Por entender que, através da linguagem o homem transforma a sua existência, mudando a realidade e conferindo-lhe novos sentidos e que é neste solo que a AD finca seus pés, este trabalho reconhece a importância das categorias: formação discursiva, condições de produção e formação ideológica, como o tripé que sustenta a AD. Porém, faz uso da primeira entendendo que são as formações discursivas que definem o que pode ou não ser dito em um dado contexto. Esse conceito está diretamente ligado aos estudos de Foucault, (2007) que em suas pesquisas passou a questionar as condições históricas e discursivas de produção dos saberes. A formação discursiva configura-se como sendo o elemento regulador do sentido atribuído às palavras por falantes de diferentes setores sociais. Uma vez que, estando no mesmo contexto histórico, estes podem ou não concordar com o sentido atribuído ao discurso, possibilitando a diversidade de sentidos numa mesma língua.

Assim, podemos afirmar que “a formação discursiva não está fechada em si mesma, seus limites se inscrevem em diferentes formações discursivas, permitindo que a contradição lhe seja/esteja inerente” (SILVA, 2005, p.12). Essa contradição permite ao discurso um estado de mobilidade, possibilidade de mudanças históricas. E por último, mas não menos importante, faz-se uso da categoria agente social, de Bourdieu (2006), como sendo aquele que age frente às lutas desenvolvidas nos diferentes campos sociais. Entender a realidade é entender por que o indivíduo age, e como age.

1.5 Objetivos da pesquisa

1.5.1 Objetivo Geral

De forma geral, o objetivo desta pesquisa será compreender o processo de constituição histórica do projeto “município verde” e como a construção do discurso de (re)valorização da natureza tem alterado as relações econômicas da sociedade com a natureza em Paragominas, no Estado do Pará.

1.5.2 Objetivos Específicos

- Identificar as etapas constitutivas do “Projeto Município Verde”;
- Caracterizar como ocorreram as mudanças no discurso relacionado à dimensão ambiental em função do “Projeto Município Verde”;
- Identificar se houve mudança na relação entre a prática econômica local e a natureza.

1.5.3 Hipóteses

Para responder essa pergunta formularam-se duas hipóteses iniciais:

- 1- As novas exigências de proteção ambiental em nível global, e os desdobramentos dessa questão no Brasil, em âmbito nacional, presentes em questões ligadas ao esgotamento dos recursos naturais e à pressão exercida pelos órgãos de proteção ambiental obrigaram a sociedade de Paragominas/PA a rever sua relação com a natureza, buscando assim, alternativas de equilibrar desenvolvimento econômico e proteção ambiental.
- 2- A busca de uma imagem ambientalmente positiva- “defesa do verde”- está intimamente ligada com as novas exigências do mercado.

CAPÍTULO II- A CONSTRUÇÃO DO QUADRO ANALÍTICO

2.1. Notas sobre a ideia moderna de natureza e seus efeitos.

Aqui, faz-se uso inicialmente, dos estudos culturais de Williams (2009), para pensar a trajetória constitutiva da relação da sociedade com a natureza, a partir das análises que este estudioso fez das imagens e sentimentos presentes nos enunciados históricos e literários produzidos na Inglaterra, dos tempos modernos. A Inglaterra entendida como um espaço de exemplaridade, uma vez que ali ocorreu “uma das transformações decisivas nas relações entre campo e cidade, num grau tão acentuado, que sob certos aspectos, não encontra paralelo”. (WILLIAMS, 2009, p.52). A Revolução Industrial transformou a forma de viver no campo e na cidade e esteve baseada, desde o início, num capitalismo agrário tão desenvolvido, à época, que promoveu muito cedo o desaparecimento do campesinato tradicional. Muito das concepções, atitudes, dilemas e contradições em relação à natureza desenvolvidas naquele contexto, atravessaram os séculos e permanecem no imaginário social coletivo.

Em se tratando das imagens criadas e veiculadas, a partir dos discursos literários, sobre a vida no campo, numa dimensão, a natureza aparece associada a sentimentos de “paz, inocência, leveza, simplicidade, tranquilidade, harmonia”. Nessa “linguagem verde”, da literatura moderna, a descrição de animais, paisagens e modos de vida ganham relevo e o viver no campo, o contato com a natureza aparece como um lugar de “refúgio e alívio”, para aqueles que vivem as “amarguras do mundo real”. Neste sentido, destruí-la significa acabar com esse mundo de perfeição. Nessa diversidade de sentimentos, o enunciado literário, dá sinais que a sociedade vivia/vive o dilema de conviver com os frutos da destruição imposta ao mundo natural, pelos avanços econômicos e industriais. A tradição da poesia bucólica ajudou a criar um mundo em que na relação da sociedade com a natureza imperava a harmonia. (WILLIAMS, 2009, p.11)

Na contramão dos enunciados literários, do mesmo período, avançando nos estudos de Williams (2009), dos discursos históricos afloraram uma realidade social bem diversa, uma vez que nela tanto a imagem da natureza, quanto das ações do homem sobre esta indicam que havia uma relação controversa. A ordem capitalista imposta ao campo, ao longo do século XVIII e

XIX, provocou devastação nos recursos naturais, revelados de forma intensa já na década de 20 do século XIX, quando a produção de alimentos apresentou quedas nunca antes vista, gerando desabastecimento provocando pobreza e miséria de uma parte considerável da sociedade inglesa da época. As leis de restrição à caça imposta às classes trabalhadoras e pobres, da sociedade rural, aparecem como um foco de conflitos constantes pela posse e uso dos bens naturais. O direito de posse dos nobres sobre terras, rios, “coelhos, peixes e aves”, comumente punia barbaramente os que se atreviam a desafiar os limites das propriedades particulares. Essas imagens, em geral, ficavam de fora dos enunciados literários. Mesmo assim, as ideias lançadas pelos romances “regionalistas”, pela descrição paisagística da poesia da “Linguagem verde” ou pelas enciclopédias criadas a partir de “relatos, memórias e descrição de viajantes”, na esteira dos tempos modernos, trouxeram ao tempo presente sentimentos de um passado perdido, a quebra de um elo, que o sistema capitalista resignificou em múltiplos discursos, apresentado por diferentes veículos, prometendo, entre outras ideias o restabelecimento da ligação do homem com o mundo natural, numa tentativa de equilibrar essa relação marcada por sentimentos de perdas e ganhos. (WILLIAMS, 2009).

Por entender que a crise ambiental do nosso tempo é fruto de um processo histórico que buscou separar o ser humano do mundo natural, as reflexões que se seguem pretendem fornecer elementos para uma possível leitura do lugar político, econômico e socioambiental de onde viemos e aonde chegamos. Uma parte significativa do conhecimento científico produzido na Europa da época moderna, em especial na Inglaterra dos séculos XVI, XVII, XVIII, e XIX, propagou a necessidade de dominação do homem sobre o mundo natural. Civilização significava a conquista da natureza. Há um pensamento recorrente que afirma que sem o *boi* e o *cavalo*, a civilização medieval não teria existido. Da natureza retirava-se o alimento e o combustível necessários à sobrevivência humana (ANDERY et al.,1996).

Naquele contexto, a Europa aparece nos estudos como um espaço privilegiado para revelar os traços constitutivos importantes das relações entre o homem e natureza, e das configurações socioambientais resultantes desse processo. Ali, se passara a utilizar a carne de gado para alimentação em

proporções nunca antes vista. Os matadouros e açougues eram apontados como as mais importantes maravilhas da Europa, para espanto dos viajantes estrangeiros. Londres consumia em um mês, a carne de gado que o resto da Europa consumia em um ano; este era o alimento de uma parte abastada da sociedade elisabetana, pois os pobres comiam mesmo, no dizer de um pastor da época, “queijo duro, leite e raízes”. (THOMAS, 1996, p. 55).

Sustentando esse projeto de sociedade moderna europeia havia uma ideia principal: a de que a natureza deveria ser conhecida, dominada e utilizada a serviço da vida humana. Entre os cientistas dessa tradição, Francis Bacon, por exemplo, aparece como um árduo defensor de uma ciência que buscava devolver ao homem o domínio perdido sobre a criação divina. Assim, a História Natural, a Botânica e a Zoologia deram os seus primeiros passos rumo a um conhecimento prático sobre o mundo natural, que pudesse ser utilizado pelo homem. Controlar a natureza era o ideal proclamado pela ciência, como resposta às necessidades sociais da época. (THOMAS, 1996).

Também no início do período moderno, no século XV, teve início a construção de uma ideia que iria perdurar durante séculos até os dias atuais: a separação entre os homens e os animais. O que era singular ao ser humano passou a ser tratado como assunto da religião e da ciência. Os defensores fervorosos logo apontaram as três principais diferenças entre os homens e os animais a fala, a razão e o instinto religioso. Isso levou o filósofo René Descartes, a desenvolver de forma consistente a ideia de que o corpo dos animais era desprovido de alma, o que livrara os homens modernos da culpa que ainda carregavam por maltratar, matar e comer animais. Estavam lançadas as bases da construção do abismo entre o homem e a natureza (ANDERY et al., 1996).

No processo de elevação do homem acima dos animais, produziu-se uma intensa literatura religiosa e educativa para evidenciar, divulgar e fixar nas mentes modernas a superioridade do ser humano em relação aos outros animais. Logo, a natureza dos animais passou a ser utilizada nos manuais de civilidade com um sentido negativo. Os refinadores de boas maneiras passaram a orientar a sociedade para que não se comportassem como animais brutos e selvagens: “não estale os lábios, como um cavalo; não engula a comida sem

mastiga-la, como uma cegonha; não roa os ossos como um cão; não lamba o prato como um felino; não mexa os cabelos como um potro” (THOMAS, 1996, p. 58). Neste cenário, também, a ferocidade, a gula e o desejo sexual, próprios do homem, eram apontados como da natureza dos animais, e por isso, deviam ser combatidos de forma árdua.

Fica expresso ao longo deste percurso, que o objetivo da sociedade moderna, ao traçar um sólido marco divisor entre o ser humano e o mundo natural, era justificar a caça, o apresamento, a domesticação e, em ultimo caso, o extermínio de pragas e predadores naturais. Nessa insistência era preciso ficar claro o que era humano e o que não era. Assim, termos como *sub-humano* e *semi-animal* entraram no léxico social como indicativos de que alguns membros da sociedade eram diferentes e deveriam ser excluídos caso não possuísem os atributos culturais tidos como necessários à condição humana, como a linguagem inteligível, o desenvolvimento tecnológico e a religião cristã.

Aos poucos, baseada em tal tipo de argumentação, uma parcela da humanidade passou a ser considerada inferior à outra. Tanto de longe, como de perto, começava a aparecer também uma linha divisória entre os seres humanos, fruto em grande parte do processo de separação entre o homem e a natureza. Os povos ameríndios e os irlandeses eram acusados de viverem como bichos, em cavernas, adorando deuses pagãos dentro da Inglaterra; as crianças, os jovens, as mulheres e os pobres eram considerados, por muitos, como sub-humanos, pois a linguagem infantil, as paixões da juventude e o ato de dar a luz eram vistos como sinais fortes da aproximação daqueles com os animais. No caso das mulheres, muitos clérigos da época, discutiam, por exemplo, se elas tinham de fato alma. (THOMAS, 1996).

Nessa ética de dominação da natureza, de comparar parte da população a animais, os europeus “civilizados” impuseram a dominação a muitos povos fora do continente, escravizando, torturando, matando, exterminando. Tais práticas foram justificadas, em boa medida, pela ideia de dominação da natureza e de separação entre o que era humano do que não era (THOMAS, 1996).

Na Inglaterra elisabetana o domínio humano sobre as criaturas tidas como inferiores, forneceu um arquétipo mental para novos arranjos políticos e sociais. As noções de que a razão governava o homem e que a força bruta era

utilizada apenas por criaturas bestiais davam o tom do pensamento do homem dos tempos modernos. Parte da humanidade passava a ser vista e tratada como animais, devendo ser domesticada, e tornadas dóceis para servirem a outros homens. A escravidão moderna dos povos africanos, em boa medida, estava amparada nesse ideal. (WILLIAMS, 2009).

Neste cenário, a consideração moral por aqueles que não se enquadravam no *modelo* de ser humano criado à luz da ciência e da religião moderna europeia, pouco existia e quando uma vítima considerada sub-humana era morta ou perseguida, o primeiro passo para a defesa do agressor era desumanizar a vítima, comparando-a a um animal. Na fileira dos debates de então, uma parcela dos homens acreditava que o ser humano tinha/teria, o total domínio sobre o mundo natural, e que esse privilégio deveria ser para uma parcela específica da sociedade, qual seja, os ricos. O desenvolvimento da ciência passava antes de tudo, pelo conhecimento e controle da natureza. "Conhecimento é poder", dizia Bacon, importante entusiasta desse pensamento. (ANDERY et al., 1996).

Já nos tempos modernos, o advento da Revolução Industrial nos séculos XVIII e XIX, e seu forte progresso técnico alteraram a organização da produção e a relação da sociedade com o meio natural. No modelo de desenvolvimento social colocado em prática a partir de então, a relação com a natureza era atravessada por uma dupla visão: o controle e a liberdade. Como reserva de recursos naturais necessários à sobrevivência humana a natureza precisava ser controlada, especialmente no tempo de produção, que deveria ser acelerado contando, para isso, com a ajuda do progresso técnico e científico, que possibilitou a quebra de barreiras temporais e o aumento da produção. Com isso conquistava-se a liberdade, em relação ao tempo imposto pelo desenvolvimento próprio do mundo natural. (THOMAS, 1996).

Naquele contexto fatores como o aumento populacional e a demanda por mais alimentos exigiam que os níveis de produção aumentassem, e uma das alternativas postas em prática foi a da fertilização dos solos, garantida a partir da combinação de nutrientes vindos das espécies animais e vegetais. Um marco importante nesse quadro foi a aproximação entre a agricultura e a pecuária. O mundo conhecia a chamada Primeira Revolução Agrícola. (ALTIERI, 2012)

Com a chegada do século XX, os avanços industriais, e o papel ocupado pelo mercado levaram o processo de produção agrícola a passar - por uma nova onda de mudanças-, pois o modelo de desenvolvimento social hegemônico exigia uma produção de alimentos em larga escala, e dando origem ao plantio de monocultivos. A diversificação industrial desenvolveu fertilizantes químicos, sementes, defensivos, rações, máquinas com a intenção de diminuir esse tempo “natural” e aumentar e acelerar a produção. Houve o abandono de parte das práticas anteriores, como a vinculação da produção animal e vegetal, e substituição pelo uso de insumos químicos e efetivação de um modelo agrícola consumidor de energia em grande escala. Essa etapa ficou conhecida como Segunda Revolução Agrícola. (ALTIERI, 2012).

Estavam, assim, lançadas as bases do que se tornaria a agricultura convencional, clássica ou moderna, entendida por muitos como a tentativa do homem de libertar-se da dependência da natureza, tendo sua expressão maior na chamada Revolução Verde, pós década de 1960. No entanto, esse tipo de agricultura revelou-se agressiva e negativa ao mundo natural, em proporções gigantescas. (ALTIERI, 2012.)

Norteados por esta visão hegemônica de que a natureza está separada da sociedade e que seu papel é o de prover a vida dos seres humanos ao bel prazer destes, caminhamos para os avanços da globalização dos séculos XX e XXI. Os desdobramentos advindos da ação exploratória do modo de produção capitalista. Como consequência das pesadas investidas desta visão de mundo sobre o meio natural, o mundo acompanhou a emergência da crise ambiental planetária, fato que obrigou uma parcela da sociedade a repensar a relação sociedade/natureza unindo forças na construção de outro olhar em direção ao mundo natural, para quem sabe superar a visão moderna de natureza vigente até então. (LEFF, 2003).

Nobre (2002) nos lembra de que a sociedade atual é obrigada a solucionar questões de sobrevivência da vida no planeta, causadas pelo modelo de desenvolvimento, de viés puramente econômico, colocado em prática nos últimos séculos. As catástrofes ambientais aniquilam ricos e pobres, tornam áreas inteiras improdutivas, em fração de segundos, além disso, crescem os

problemas socioeconômicos, que marginalizam cada vez mais a parcela mais pobre da sociedade.

Neste cenário de incertezas, a proteção dos recursos naturais tem ganhado um protagonismo salutar. Assistimos assim, a emergência de discursos de diferentes grupos sociais que buscam na produção de alimentos, investimentos tecnológicos, decisões políticas e acadêmicas tecer uma projeção de futuro, que possa levar para bem longe o ar de desesperança no atual projeto de globalização, visível na degradação ambiental e social, fruto da ideia moderna de natureza, exigindo rediscussão e implementação de prioridades que estejam para além do âmbito econômico.

Uma das respostas dadas às inquietações provocadas pela crise ambiental foi a construção e divulgação do conceito de “Desenvolvimento Sustentável” que ganhou destaque a partir da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que aconteceu em 1992, no Rio de Janeiro³, evento que dava prosseguimento aos debates iniciados em 1972, em Estocolmo, na Conferência Internacional para o Meio Ambiente Humano⁴. (NOBRE, 2002).

Em decorrência da Conferência de Estocolmo foram criados o Programa das Nações Unidas Para o Meio Ambiente (PNUMA), Programa Observação da Terra, e a Comissão Mundial Para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, (CMMAD), formada por 21 países membros da ONU, presidida pela primeira ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland. No período de 1983 a 1987, ela coordenou um grupo de especialistas que pesquisou a situação de degradação ambiental e econômica do planeta, produzindo um relatório que ficou conhecido como Relatório Brundtland, ou como a publicação “Nosso Futuro Comum”. As propostas políticas que foram debatidas na RIO-92 estavam fundamentadas neste relatório. Nele é referido o conceito de “Desenvolvimento Sustentável”, definido como aquele que “atende as necessidades do presente sem

³ Também denominada de Rio-92.

⁴ Ainda à época das reuniões preparatórias para Estocolmo, o Brasil apresentou divergências quanto às propostas apresentadas pelos países dominantes - vivia-se a era do milagre econômico brasileiro, auge do período militar - declarando que o compromisso do país era com o desenvolvimento acelerado e que as questões ambientais deveriam ser resolvidas pelos países do então chamado primeiro mundo. (NOBRE, 2002).

comprometer a capacidade de as gerações futuras também atenderem as suas” (LEFF, 2003 p.2).

A construção do conceito de desenvolvimento remonta à década de 1960, quando técnicos americanos propuseram desenvolver ou modernizar sociedades ditas “tradicionais” ou “atrasadas”, aquelas de produção limitada e economia agrícola, com altas taxas de fecundidade e de mortalidade, em prol de uma sociedade moderna, aberta ao mundo, com predomínio da produção industrial, sob a gerência norte-americana. Para essa visão desenvolvimento “era a transposição dos traços característicos da sociedade norte-americana para os países em atraso” (LEFF, 2003, p.10). No discurso hegemônico da época, o Brasil era referido como um país atrasado - e com graves problemas sociais - por conta da dualidade existente entre um Brasil rural/arcaico e um urbano/industrial (NOBRE, 2002).

A partir da década de 1960, o modelo de desenvolvimento posto em curso na Amazônia brasileira, inspirado nos princípios da economia capitalista, avançou de forma violenta sobre a natureza e nesta busca frenética por riquezas, deixou um rastro de atraso, desigualdade social e devastação ambiental. Longe de promover um desenvolvimento que mudasse as estruturas sociais, essas ações ajudaram na formulação de uma concepção de desenvolvimento definida por crescimento dos meios de produção, acumulação e inovação técnica, aumento da produtividade e expansão da força produtiva. Não tocando, porém, na alteração das relações sociais de produção. (BECKER, 2009).

No território amazônico, a ideia clássica da relação entre a sociedade e a natureza, marcada pela oposição, desses dois polos, já dava sinais fortes de existência desde o período colonial, porém foi a partir da década de 1960, do século XX, no contexto do governo militar, que esta concepção vai delinear o *modus operandi* de ocupação e exploração da região. Neste mosaico um enunciado era emblemático, o de que era preciso incorporar a Amazônia ao espaço nacional brasileiro e transformar sua natureza.

Sustentado no paradigma da racionalidade moderna, e em um imaginário coletivo que produziu e reproduziu enunciados sobre a região definindo-a como o lugar por excelência, da acumulação de capital amparada nos estoques de

recursos existentes na natureza, os discursos de progresso na época, falavam de um crescimento que aconteceria de forma linear e infinita, neste sentido, terras e recursos naturais eram vistos como inesgotáveis. A visão moderna de natureza estava presente em enunciados, que afirmavam ser necessária que houvesse a transformação da natureza selvagem e natureza dominada, essa postura hegemônica do grande capital, pretendia em última instância gerar produtos para o mercado mundial. (BECKER, 1997).

Desde cedo, a exploração dos recursos da natureza esteve na linha de frente dos processos de ocupação da região amazônica, nesta esteira dois momentos são bem singulares, o da extração das chamadas “Drogas do Sertão” e o modelo de desenvolvimento colocado em prática pelo governo militar. A empresa colonial Portuguesa na Amazônia foi habilmente conduzida, sempre buscando empurrar as fronteiras estabelecidas pelo Tratado de Tordesilhas. As ações lusas devem ser olhadas sobre três aspectos principais: Econômico, Político e Espiritual com a participação direta de soldados, colonos, homens de negócio, funcionários do estado, religiosos e nativos escravizados. (GOES FILHO, 2001).

Entre as especiarias locais, que foram batizadas com o nome de Drogas de Sertão, no período colonial merecem destaque: O cravo grosso e fino, cacau, urucu, baunilha, canela, etc. Estas todas utilizadas na farmacopéia, condimentação e alimentação. A corrida era intensa para descobrir o valor comercial das variedades vegetais aqui existentes. Nesse processo os nativos foram fundamentais, pois, conheciam as ervas, seus sabores e valores medicinais. As “drogas”, então, logo passaram a servir a nova sociedade colonial amazônica no aspecto comercial e alimentar. (GOES FILHO, 2001).

A descoberta e a coleta das “Drogas do Sertão” movimentaram o início da economia colonial Amazônica, porém, ao termino dessa etapa, a região tinha uma economia que ia além da canela, urucu e cravo; Uma lavoura com espécies diversificadas ganhava fôlego mostrando que a policultura já era uma característica forte da produção econômica regional. Um sinal do sucesso da empresa colonial Portuguesa por estas paragens. Aqui é importante lembrar que, o sucesso das expedições europeias na Amazônia deveu, também, aos seus rios, igarapés, furos, fartos em alimentos, pois, peixe boi, pirarucu,

tartarugas e dezenas de espécies de peixes e frutas comestíveis alimentavam os colonizadores, em suas viagens em busca das riquezas, que estavam sempre em locais dispersos e de difícil acesso. (GOES FILHO, 2001).

As estratégias de ocupação da região Amazônica, com intuitos econômicos, no século XX, devem ser olhadas em um período que se estende aproximadamente do ano de 1953, com a criação da Superintendência de Valorização da Amazônia, SPVEA, que tinha como função elaborar planos quinquenais para a valorização da Amazônia, passando pela criação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, SUDAM, em 1966, INCRA, 1970 e de grandes projetos como Grande Carajás, Construção de Hidrelétricas, Projeto Calha Norte, chegando a 1988, com o Programa Nossa Natureza, do Ministério do Interior, que pretendia rever a legislação ambiental e o zoneamento agro ecológico da região. (OLIVEIRA, 2007).

Em 1964, os militares mudaram a estrutura política brasileira, ao darem um golpe e assumirem o governo do País. As transformações impostas pelo governo militar, logo chegaram à economia. Neste novo cenário político e econômico a Amazônia precisava ser integrada ao restante do Brasil. Foram criados projetos que possibilitaram que o capital externo entrasse na região, assim como, o domínio político dos militares.

Em nome do progresso do país, os estados perderam autonomia política e econômica e a região foi aberta ao grande capital interno e externo, através de uma política de incentivos fiscais. Assim, em 1966, começou a ser elaborada a Operação Amazônia, que tinha como foco principal fazer um grande diagnóstico da região, revelando suas principais deficiências, e suas potencialidades econômicas. Após o estudo, o governo definiu como primeiras ações: Criar polos de desenvolvimento, incentivar a migração populacional e do capital privado, assim como, desenvolver infraestrutura e financiar pesquisas sobre os recursos naturais da região. O aparato administrativo era importante. Instituições foram criadas, outras tiveram sua natureza redirecionada, tudo relacionado com o objetivo de levantar recursos econômicos para os que vinham para a Amazônia. (ALVES FILHO, 2008).

Oliveira (2011) afirma que historicamente as dinâmicas de ocupação do espaço amazônico foram marcadas por práticas de agressão ao meio natural. Aqui a relação estabelecida entre sociedade e natureza, refletiu a visão moderna de natureza, que reduziu os elementos a meros recursos, geradores de lucro e impôs fortes disputas por estes, entre os agentes sociais locais. Assim como, em outras fronteiras da região amazônica, no Sudeste paraense, essa “disputa” acabou por determinar o ritmo e o padrão da exploração dos bens naturais.

O princípio básico colocado em prática foi o de que as florestas eram espaços vazios que nada produziam, e que a posse da terra era legitimada pela remoção da vegetação, que em último caso aparecia como comprovação do trabalho e a elevação da área à condição de terra produtiva. Para dar suporte a essas ideias, as políticas de incentivo à implementação da pecuária extensiva, ajudaram a dar o contorno e definir, mais tarde o que se tornou a dinâmica hegemônica da relação sociedade natureza na região: “homogeneização das paisagens e simplificação dos sistemas de produção” (OLIVEIRA, 2007, p.7.).

As reflexões de Oliveira (2011) dão conta ainda de que, no universo amazônico, diferentes agentes sociais, apropriaram-se dos recursos naturais por motivações diferentes. Esta pesquisadora chama a atenção para o caso dos agricultores familiares que ainda que tenham seguido também a “forma de exploração do meio natural baseado no desmatamento e implantação de pastagens”, p.17 esta não foi orientada pela visão de lucro, mas sim, como a possibilidade real da reprodução “social da família”. Percepção que não exclui o fato de que estes agricultores utilizavam os recursos naturais de suas terras à exaustão.

Neste quadro, a realidade social e econômica que marcou a região, é apontada como um elemento limitador de possibilidades de uma diversificação nas formas de exploração da natureza. Sobre a relação estabelecida entre essa parcela da sociedade e a natureza, a referida pesquisadora é conclusiva “a preservação do meio natural e a permanência no espaço eram colocadas em segundo plano ou até mesmo preteridas em nome da reprodução social” (OLIVEIRA, 2007, p.17).

Ainda no tocante à agricultura familiar, e sua relação com a natureza, essa dinâmica ainda que predominante, nunca foi única, a diversidade de formas de

uso dos recursos naturais, sempre existiu, ainda que de forma subalterna, aguardando o momento de ampliar-se. No contexto atual da fronteira do sudeste paraense, já é possível identificar sinais dessa mudança, que tem sido estimulada por questões como “as crises nos sistemas de produção decorrentes das práticas e escolhas de manejos inadequados” e os reflexos da crise ambiental global, que exigem outras formas de relacionar-se com o mundo natural. As pesquisas apontam que as mudanças, vivenciadas por esses agentes sociais, caminham no sentido de “garantir a permanência na terra, demonstrando um processo de certa estabilização da agricultura familiar regional.” (OLIVEIRA, 2011, p.3).

Ainda no que diz respeito à relação estabelecida entre a sociedade e a natureza na região amazônica, os estudos jurídicos de Nascimento (2007), chamam a atenção para a prática da Biopirataria⁵, existente por aqui, desde o século XVI. Sementes da seringueira, do quinina, e do curare que são apontados como exemplos de recursos naturais contrabandeados em larga escala. A maior parte dos casos de biopirataria, nem se quer são conhecidos, e dos que são poucos chegam ao conhecimento das autoridades.

Neste sentido, o saber tradicional das populações amazônicas ribeirinhas, indígenas, caiçaras, quilombolas, etc, também, está no centro da ação dos contrabandistas. Parte significativa do conhecimento da fauna, flora, folclore, imaginário, simbologias e visões de mundo que estas comunidades adquiriram ao longo de séculos de contatos com a natureza transforma-se em uma riqueza muito cobiçada pelo capitalismo, em nosso século. Importante ressaltar que trata-se de um conhecimento construído e de direito coletivo dessas populações.

Conhecimento de plantas medicinais, extração de suas propriedades curativas, modos de aplicação, quais doenças combatem, técnicas de preparo do que os Ribeirinhos chamam de “remédios caseiros”, podem ser transformados pela indústria farmacêutica instantaneamente, em medicamentos patenteados pelo grande capital internacional, e assim, perpetuando a exploração da região, ameaçando o desenvolvimento da sustentabilidade humana dos povos que vivem aqui.

⁵ A apropriação, sem que haja autorização, dos recursos genéticos da biodiversidade de um país, ou dos conhecimentos tradicionais das suas populações, associados à biodiversidade. (NASCIMENTO, 2007).

O mundo industrializado afastou-se da biodiversidade. As sociedades tradicionais, não. Dependem da natureza para obter comida, cuidar da saúde, construir moradias, essas populações dependem da biodiversidade para viver. Esse saber construído pelo povo sobre a riqueza biológica e cultural existente nas mais diversas paragens amazônicas precisa de proteção urgente, para que seus benefícios possam ser primeiro partilhados de forma justa, entre os verdadeiros donos dessa riqueza natural. (NASCIMENTO, 2007).

Na era do “biocolonialismo” surgem então estratégias sutis para a obtenção deste capital dos povos da floresta. Empresas de medicamentos, cosméticos e perfumaria adentram a selva amazônica instalam-se e aos poucos ganham a confiança dos nativos, catalogam as espécies e seus benefícios, ou simplesmente roubam partículas, células, sementes e mandam para fora da região. No século biotecnológico, os países ricos que possuem mais conhecimentos dominam os que estão alijados do processo. Ameaçando a sobrevivência dos seus povos. (NASCIMENTO, 2007).

As pesquisas revelam que no estado do Acre, *folders* são confeccionados em vários idiomas, mostrando ao mundo os trabalhos sociais fictícios, que seriam oferecidos às populações nativas. Postos de saúde e Escolas aparecem como carros chefe dessas ações. Muitas delas na verdade, carregam apenas o interesse de contrabandear riquezas naturais da região. O IBAMA e a Polícia Federal também têm apreendido informativos comercializando espécies vegetais existentes na Amazônia, e em alguns casos os anunciantes declaram total direito sobre algumas espécies.

No século XXI, a “colonização” se reinventa e para a indústria da biotecnologia bastam pequenas amostras das espécies da fauna e da flora, que podem ser retiradas do seu local de origem de diversas formas. Em tempos de engenharia genética e biotecnologia canetas, frascos de perfume, estojos de maquiagem, cigarros, calças, camisas, sapatos etc, tornam-se recipientes adequados às práticas dos biopiratas. (NASCIMENTO, 2007).

Extratos vegetais podem ser adquiridos com facilidade em feiras livres e mercados, outra porta de saída de microorganismos da região. Visitas de pessoas não autorizadas à região e a fragilidade da fiscalização em algumas partes das áreas de fronteira, também contribuem para essa pilhagem da natureza. A Polícia Federal e o IBAMA chamam a atenção para o fato de que

tanto turistas, pesquisadores, peregrinos, e estudantes estrangeiros, quanto os brasileiros, podem envolver-se neste comércio ilegal.

O crime da biopirataria tem atingido a região amazônica há séculos e se faz necessário a criação de leis que criminalizem esta prática. Os estudiosos são enfáticos ao afirmarem que os países ricos, conhecem profundamente a biodiversidade dos países “periféricos”, seus bancos genéticos estão espalhados por várias partes do mundo. Assim, o contrabando de espécies naturais da região representa a continuidade da dominação econômica e da posição do Brasil, como um dos mais importantes fornecedores de matéria prima para o capital internacional.

Os exploradores agora apresentam-se como empresas transnacionais que no fim do processo ficam com todos os benefícios econômicos advindos da biodiversidade amazônica. Neste sentido façamos uso da afirmativa de (NASCIMENTO, 2007, p.40) quando diz, “Para se assegurar o desenvolvimento sustentável dos países periféricos é preciso também reforçar os instrumentos jurídicos para a proteção da biodiversidade”.

As análises dos intérpretes do processo de ocupação da Amazônia brasileira têm apontado em seus estudos, elementos que nortearam o modelo de desenvolvimento econômico implantado na região, pós década de 1960, suas fragilidades bem como, a emergência de discursos que buscam conciliar desenvolvimento econômico, apontado por alguns como uma nova etapa do capitalismo com preservação/proteção ambiental tendo a frente o poder público. (BECKER, 2009; CASTRO, 2006; PINTO et al.,2009).

Castro (2006) referindo-se à relação, entre o Estado e a preservação ambiental na Amazônia, enfatiza que por conta da dimensão nacional e internacional que a destruição da natureza tomou, houve uma reformulação da política de controle do Estado brasileiro sobre a região, como a implantação do Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM), emergindo um discurso que passa a considerar as questões étnicas e culturais, de populações milenares que vivem na região. Em outra vertente, a questão do desenvolvimento regional alia-se a preservação da natureza buscando programas de desenvolvimento científico e tecnológico, que possam promover os avanços desejados. Assim, a

biodiversidade é um “eixo imaginário” que recria fronteiras e potencializa outra economia política. (NASCIMENTO, 2007).

2.2. A Modernização ecológica

A Modernização Ecológica (ME), vertente da sociologia ambiental, e opção teórica a qual esta pesquisa está filiada, emergiu nos países industrializados pós década de 1970, como um novo discurso ambiental, e nas ciências sociais, em especial na sociologia e ciência política, como um meio de avaliar políticas ambientais e as novas trajetórias da chamada sustentabilidade. Seja na abordagem de mercado ou abordagem reflexiva, as diretrizes e princípios da ME - fornecem elementos que são facilmente identificados nos discursos e práticas da chamada “economia verde”, apresentada como uma nova proposta de tratar a natureza, emergindo em nível mundial – e com reflexos na Amazônia brasileira. Uma ideia originária da ME, presente nas propostas de “economia verde” é a de tentar equilibrar crescimento econômico e preservação ambiental.

Entre as diretrizes apontadas no discurso da ME, tal como essa abordagem se desenvolveu na Europa ocidental, destacam-se: um sistema político aberto e democrático; um estado intervencionista; consciência ambiental ampla e organizações ambientais bem organizadas (ONGs), que tenham recursos para impelir uma mudança ecológica radical, organizações de negócios capazes de representar produtores em negociação numa base regional e setorial; um sistema detalhado de monitoramento ambiental; uma economia de mercado regulada pelo estado e um desenvolvimento tecnológico avançado. (LENZI, 2006).

Como discurso político a modernização ecológica surgiu na década de 1980, como fruto de mudanças nas reflexões sobre a política da década de 1970. Um elemento importante nesse quadro, segundo (HAJER 1995, *apud* LENZI 2006), foi certa “ambiguidade de sentimentos” vivenciada pelo ambientalismo de então, uma vez que duas fortes correntes se “digladiavam” no interior do movimento ambiental. De um lado, havia a defesa de que a ciência e a tecnologia deveriam estar mais presentes nas políticas de proteção da

natureza, nesse sentido a obra *Limites do Crescimento*, de Meadows e colaboradores (1972) é apontada como um marco importante nessa vertente.

Na contracorrente desse pensamento, a obra *o negócio é ser pequeno*, de E.F. Schumacher apontava em outra direção. Essa obra ajudou na produção de uma crítica geral a sociedade de consumo e ao excesso de valor atribuído à ciência. Esses elementos são apontados por Olivieri (2009), como importantes para que no início dos anos 1980, o perfil do movimento ambiental começasse a mudar. Se nos anos 1970, o foco do movimento era o confronto com o Estado, na década seguinte tornou-se menos radical e mais prático. Um fator importante nesse quadro social foi a “recessão econômica que atingiu os países europeus no final dos anos 1970” (LENZI, 2006, p.55). Fato que de certa forma, pressionou os grupos ambientais a buscarem um caminho que pudesse conciliar proteção ambiental com crescimento econômico. Assim, a economia de mercado, deixava de ser inimiga, e tornava-se aliada para atrair grupos ecologistas.

Outros fatores podem ser somados a este, entre eles, a forte e progressiva profissionalização do movimento ambiental. Seus quadros passaram incluir especialistas de diferentes áreas, como a biologia, a economia e o marketing. Aos poucos, as estratégias de confronto, da década de 1970 foram perdendo terreno, somado a isso, a evidência das falhas nas políticas ambientais do governo, em solucionar problemas como a poluição, e as críticas feitas às tentativas de uso dessas fórmulas, para solucionar problemas emergentes em ordem planetária, fortaleceu o discurso da ME. Essa nova linguagem ambiental nasceu nos centros acadêmicos, e “em trabalhos que foram frutos de alianças entre ONGs ambientais e organizações transnacionais” (LENZI, 2006, p.55).

Desta forma, na segunda metade dos anos 1980, a ideia da modernização ecológica integra uma linguagem alternativa prometendo soluções concretas para antigos, e novos dilemas ambientais, neste novo sistema de crença, a problemática da poluição apareceu como sendo fruto direto da “ineficiência dos sistemas industriais”, e a clara defesa de que quem poluía o ambiente, deveria arcar com as despesas da despoluição. Olivieri (2009) considera que muito da base de sustentação da ME, apareceu no documento *Nosso Futuro Comum*, de

1987, documento ligado à Organização das Nações Unidas, ONU, e visto, por muitos, como criador e difusor de uma nova linguagem ambiental.

O contexto social posto indicava que, de um lado estava o governo enfrentando as críticas direcionadas às políticas de proteção ambiental da década de 1970, do outro, mudanças ocorridas ao longo dos anos 80, que acirraram as diferenças internas do movimento ambiental, levando-o a buscar novas possibilidades de resolver a crise socioambiental instalada, essa nova postura recebeu o nome de Modernização Ecológica. (LENZI, 2006).

A principal linha narrativa da Modernização Ecológica tem sido chamada de *discurso ecológico*, definindo discurso como um conjunto de ideias produzidas e reproduzidas para dar significado a uma determinada realidade física e social. (HAJER *apud* LENZI, 2006). O quadro a seguir tenta ilustrar uma comparação entre a política ambiental dos anos 70, e os princípios do discurso ecológico da Modernização Ecológica.

Política ambiental dos anos 70	O discurso da ME
Soma negativa. Relação de soma zero entre custos de proteção ambiental e crescimento econômico	Busca de soluções de soma positiva entre crescimento econômico e proteção ambiental.
O Estado não reconhecia a relação de dependência entre economia e ecologia	Reconhecimento da importância do meio ambiente para economia, e a legitimação do Estado.
Havia uma confiança excessiva na ciência	Precaução com o uso excessivo da ciência.
Isolamento do processo de tomada de decisão política.	Ampliação da participação nos atos de decisão.
Falta de mecanismos de avaliação e monitoração das políticas ambientais.	Reconhecimento da falta de mecanismos de avaliação e controle dos danos ambientais.
Políticas ambientais voltadas para territórios nacionais. Foco local	Políticas ambientais com foco local e internacional.

Fonte: LENZI, 2006. Adaptado pelo autor.

Desta forma, o discurso da ME, se coloca como portador de um enunciado em que a proteção ambiental aparece como condição para o desenvolvimento da economia. A proposta de reordenamento da economia capitalista emerge como compatível com as novas diretrizes da proteção ambiental, neste sentido ainda, essa linha narrativa indica que crescimento econômico e resolução de problemas ambientais podem ser compatíveis. A crise ambiental é apontada como “resultado das falhas das instituições das

sociedades modernas, mas que acredita que as reformulações dessas instituições podem promover um processo de proteção ambiental”. (LENZI, 2006, p.60).

Alguns autores destacam o fato de que a ME possui uma forte relação com a dimensão econômica. Em certo sentido, é aí que reside um dos componentes principais da sua ruptura com a política ambiental da década de 1970. A ideia de que proteção ambiental e crescimento econômico podem andar de mãos dadas, o que aponta para a possibilidade, do que alguns autores chamam de uma “reestruturação ecológica da sociedade industrial”, é sustentada também no desenvolvimento de uma regulação política. (LENZI, 2006, p. 62).

Outro elemento importante no esquema teórico da ME é o que a define como “a emancipação da ecologia”, que trata de dois movimentos, que se interligam, para que haja o crescimento econômico ecológico, num processo de “ecologizar a economia, e economizar a ecologia”. No primeiro caso, a premissa parte da necessidade de uma mudança “de teor tecnológico e organizacional nas atividades econômicas”, seria a passagem das tecnologias curativas para as preventivas. No segundo caso, o foco seria na “introdução de conceitos, mecanismos e princípios econômicos para proteger o meio ambiente”. (LENZI, 2006, p.71). O desenvolvimento dessas etapas ocorre em dois níveis, um macro e um micro.

Em nível macro, o cenário da economia aparece mais ecológico, uma vez que as indústrias não-poluentes são apontadas como capazes de desenvolver um crescimento *qualitativo* baseado na informação e no alto valor agregado ao que for produzido industrialmente. Neste sentido a ME defende uma mudança na estrutura da economia que leve ao declínio das indústrias poluentes.

No campo micro, a ME destaca a importância de haver uma mudança na estrutura tecnológica e de organização interna nas empresas. As tecnologias ambientais devem ser incorporadas ao sistema produtivo, para que possam reduzir os impactos ao meio ambiente, estas são divididas em “tecnologias de controle, ou curativas e tecnologias limpas ou preventivas”. O segundo caso, das tecnologias preventivas é o que mais interessa a ME.

O século XXI vê nascer, em âmbito mundial e regional, o termo “economia verde”, presente no relatório do PNUMA, em 2011, enquanto proposta de proteção ambiental estando diretamente relacionado com as mudanças climáticas: baixo carbono, energia renovável, eficácia energética. Neste sentido, é válido mencionar o que se entende como economia verde “como sendo aquela que resulta na melhoria do bem estar humano e da igualdade, ao mesmo tempo em que reduz significativamente os riscos ambientais e as escassezes ecológicas” (PAVESE, 2011 p.16).

O uso desse termo parece ter a intenção de substituir a expressão Desenvolvimento Sustentável. Contudo, apesar de seu forte apelo mercadológico, e do pouco suporte político, a locução economia verde corre o risco de se “resumir a atividades e projetos verdes, tão na moda como hortas orgânicas e pousadas turísticas na selva”. (SAWYER, 2011 p.2).

Por meio de instrumentos econômicos, a chamada “economia verde” parece querer reduzir tudo a dinheiro, prevendo os pagamentos feitos por poluidores e recebidos por prestadores de serviços ambientais⁶ (PAVESE, 2011). Na base da proposta de economia verde está o relatório “Rumo à economia verde: caminhos para o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza” - defendendo que tornar as economias verdes - não significa diminuição de empregos e nem redução do crescimento econômico, mas sim significa uma forma de acabar com a pobreza.

Para atrair investimentos para esta proposta econômica as principais estratégias apontadas no relatório são: o estímulo aos investimentos públicos e privados, incentivando a transição para uma economia verde; demonstrar como a economia verde pode reduzir a pobreza persistente, por meio de setores importantes como a agricultura, florestas, pesca e energia; e fornecer orientações sobre políticas que permitam essa mudança. O relatório ainda intenciona “desfazer a concepção equivocada de que economia verde é um luxo com cujos custos apenas os países desenvolvidos podem arcar” (PAVESE, 2011, p.18). Para que possa ter efeito de convencimento, esse discurso precisa de referências materiais, por isso experiências tidas como de sucesso, são

⁶ Serviços ambientais são os benefícios que as pessoas obtêm dos ecossistemas. (PAVESE, 2011, p.15).

chamadas a ocupar lugar de destaque nas conferências mundiais que toquem na questão ambiental e na chamada economia verde. Nestes cenários tem sido comum o compartilhamento de experiências colocadas em práticas na região amazônica.

Pimenta (2008) referindo-se ainda à estratégia da “Economia verde” na Amazônia entende que esta representa uma nova etapa de exploração do capital, que vai possibilitar o crescimento econômico das indústrias exploradoras e poluidoras, criando um arsenal de novos produtos, e uma onda de consumo através dos chamados “serviços ambientais”.

Uma importante interface a ser considerada nesse processo, diz respeito à construção do chamado *marketing verde*, também chamado de marketing ecológico ou ambiental. Termo nascido nos anos de 1990, utilizado como instrumento de comunicação para atrair consumidores, nessa estratégia explora-se a imagem ambientalmente corretas das empresas promovendo maiores oportunidades econômicas. Parte do princípio de que os consumidores querem o meio ambiente mais saudável e estão dispostos a pagar por isso. (PIMENTA, 2008).

Para sensibilizar o chamado “consumidor verde”, a “propaganda verde” trabalha em três vertentes: promove um estilo de vida verde, mas sem destacar um produto; põe evidência a relação produto/serviço e o meio físico natural; apresenta uma imagem da empresa de responsabilidade ambiental. (GUIMARAES, 2006, *apud* PIMENTA, 2008). Desta forma, o *marketing verde* define-se por influenciar os consumidores a absorverem valores ecológicos em seus hábitos de consumo, por meio de propagandas que por um lado seduzem o público e por outro promovem os “produtos verdes”.

No caso da exploração da madeira na Amazônia, esse recurso é muito bem-vindo na tentativa de promover uma mudança de mentalidade, uma vez que a imagem que povoa o ideário coletivo é que o setor madeireiro é um responsável pelo desmatamento florestal na região, imagem negativa, portanto. Assim, o discurso da propaganda empresarial vem recheado de termos como: “construção sustentável, responsabilidade ambiental, bom manejo, produção limpa, combate ao desperdício e compromisso ambiental”. Um vocabulário a serviço de uma boa imagem ambiental. (PIMENTA, 2008, p.95).

Nos estados da Amazônia brasileira, a chamada -“Economia Verde”- manifesta-se através de ações estatais e privadas. No caso estatal, “a tríade para o desenvolvimento verde” formada pelos estados do Acre, Amazonas, e Amapá constrói um discurso que resgata fortemente os valores da cultura local, chegando a mistificar lideranças, ligadas a movimentos populares para fortalecer as bases do discurso que se pretende legitimar. Há também a iniciativa de conceder poderes às ONGs, por vezes delegando a elas a execução de políticas públicas importantes como construção de estradas e escolas. (ARAÚJO et al., 2009 p.3).

Neste sentido (ACSELRAD, 2004, *apud* AVIZ, 2011) enfatiza que as lutas pelos bens naturais são antes, de tudo, lutas por sentidos culturais e que as tentativas de resolver os conflitos a partir da homogeneização das visões de mundo, busca na verdade camuflar as lutas pelo poder. A iniciativa desenvolvida em Paragominas aproxima-se em alguns aspectos dos elementos supracitados, uma vez que tal ação foi liderada pelo poder público municipal, referendando-se num discurso de proteção dos recursos naturais, contando com a parceria da TNC, que contribui na construção de uma imagem ambientalmente positiva do município.

No caso do Estado do Acre, símbolos e ideias dos movimentos sociais e dos trabalhadores foram capturados pelo chamado “governo da Floresta” *slogan* de campanha da Frente Popular do Acre, eleita em 1998, para o governo do estado, com uma plataforma política em defesa do meio ambiente sustentável. Muitas dessas iniciativas, já propostas anteriormente por ONGs e movimentos sociais. (ARAÚJO et al., 2009). Neste sentido ainda, o discurso político do capitalismo verde local, utiliza de forma estratégica a imagem de Chico Mendes como o “patrono” da economia verde, a data de sua morte sendo considerada, um marco simbólico para a implantação “da era do desenvolvimento sustentável na Amazônia”. (SCHMIDLEHNER, 2012, p.15).

Olhar a interface da economia verde, no estado do Amazonas, onde o governo criou o Projeto Zona Franca Verde (PZFV), como uma estratégia de crescimento econômico, prometendo um desenvolvimento sustentável a partir de um sistema de produção agropecuária, pesqueira e florestal ecologicamente saudável, pode ajudar na compreensão do projeto “Município Verde”, uma vez

que este também traz em seu bojo uma estratégia de desenvolvimento econômico para o local. (PZFV, 2004, *apud* ARAÚJO et al., 2009).

Para os defensores da modernização ecológica, o desenvolvimento desses processos requerem a intervenção do Estado, e o êxito dessa empreitada está diretamente ligado à implementação das mudanças tecnológicas acima mencionadas, e das forças do mercado. Nesta configuração produtores e consumidores são levados a assumirem um comportamento de responsabilidade frente à proteção ambiental. Para a ME, o Estado e as empresas são os agentes capazes de regular a política ambiental emergente equilibrando desenvolvimento econômico e proteção da natureza. (OLIVIERI, 2009).

No caso em estudo, o “Projeto Município Verde”, observo um processo de modernização ecológica em andamento, pois, alguns dos princípios deste discurso sociológico podem ser identificados, nos documentos orais e escritos, já produzidos sobre o citado projeto.

Barreto e colaboradores (2012), em estudo sobre a redução do desmatamento na Amazônia, em especial os municípios que entraram na “lista suja” do IBAMA, como os maiores desmatadores da região, ao referir-se a Paragominas e ao PMV, nos diz que ali “o poder público local se juntou ao setor privado e ONGs para reduzir o desmatamento”. A percepção, por parte dos produtores locais, de que a pressão dos órgãos ambientais e do mercado aumentava sobre o setor econômico, por exemplo, expresso quando o governo federal, em 2008, “realizou uma grande ação contra a exploração ilegal de madeira, produção ilegal de carvão e desmatamento”. (BARRETO et al., 2012, p 23).

O PMV traz na linha de frente de sua articulação: a presença do Estado, a confiança na ciência, o reconhecimento da importância do meio ambiente, para a economia e o aumento da participação popular nos debates das questões ambientais, elementos que parecem andar em consonância, com a teoria da modernização ecológica. (BARRETO et al., 2008; 2012; PINTO et al., 2009; LENZI, 2006).

2.3. ONGs transnacionais e preservação ambiental.

A partir da década de 1980, as chamadas Organizações não governamentais transnacionais, e seu poder de influência cresceram de forma acentuada no mundo, para alguns estudiosos, isso se deveu ao desenvolvimento da política neoliberal do “estado mínimo”, que diz que alguns serviços precisam ser privatizados, dentre os quais o meio ambiente. Por outro lado muitas fundações e corporações americanas e europeias passaram a apoiar financeiramente esses grupos, considerados por muitos “mais confiáveis”, “não corruptos e eficazes”, quando comparados aos governos. Segundo Diegues (2008), desse quadro emergem questões diretamente ligadas à governança em escala global, uma vez que, estas ONGs estão vinculadas a bancos e corporações multinacionais, e colocam em prática ações consideradas “de cima para baixo”. Em alguns casos, o conselho consultivo destas organizações mantém entre seus membros, pessoas com alguma ligação com a indústria do petróleo e de madeiras, por exemplo.

Outro aspecto da prática conservacionista analisada por este estudioso faz referência à compra de terras para a implantação de áreas protegidas. Essas grandes extensões de terra podem representar a preservação da natureza, de um lado, e controle “geo-político” do outro. A pressão exercida sobre o governo para a criação de “áreas de proteção integral” aparece como expressão do chamado “neo-colonialismo ambiental”. (DIEGUES, 2008).

As Organizações não-governamentais transnacionais exercem uma grande influência na construção das políticas ambientais de países como o Brasil. Um fator que pode explicar esse poder está relacionado à capacidade de arrecadação financeira internacional destas instituições, na lista delas figuram WWF, CI e TNC, presentes no Brasil. Do interior dos processos de articulação destas emergem, por exemplo, campanhas de mídias, seminários e treinamento para funcionários públicos em temas como manejo de áreas protegidas e os métodos e os conceitos colocados em práticas por estas ONGs. (DIEGUES, 2008).

Os modelos de conservação idealizados e colocados em prática por estas ONGs, no mundo, tem desconsiderado o conhecimento das populações nativas, “aportando não somente recursos financeiros, mas também, modelos de ciência

e práticas conservacionistas pouco adaptadas às situações ecológicas e culturais nacionais e locais”. (DIEGUES, 2008, p.13). Neste sentido as ONGs locais também sofrem influência, uma vez que podem receber recursos financeiros desde que sigam a cartilha das maiores.

No tocante as terras, onde são implantadas as áreas protegidas, muitos municípios perdem o domínio sobre parte dos seus territórios, e os moradores passam a enfrentar problemas com a falta de escolas e postos de saúde, que “pela legislação dessas áreas não podem mais funcionar”. Os moradores por vezes passam a ser administrados pelo chefe do parque e não pelas autoridades que foram eleitas para administrar a região onde vivem. Os órgãos oficiais por seu lado ficam em silêncio, e os antigos moradores passam a ser considerados “posseiros e até invasores”.

Já com relação aos conhecimentos e práticas desses povos, são deixados de lado e desconsiderados, frente ao uso do conhecimento científico, oriundo dos países do Norte. Até onde se sabe, no Brasil, não há um cadastro oficial das comunidades tradicionais que vivem em áreas de conservação integral, nem daquelas que foram pressionadas a sair das áreas protegidas, como vivem e a que serviços sociais têm acesso. A marginalização dos conhecimentos que estas populações carregam, sobre a preservação da natureza nos trópicos, aparece como uma marca importante da prática de conservação colocada em evidência por estas ONGs transnacionais. (DIEGUES, 2008).

2.4. Uma ONG Transnacional em Paragominas/PA: A The Nature Conservancy.

A chamada “grande verde”, The Nature Conservancy, TNC, foi criada em 1951, e desde o começo buscou se afirmar com a prática de compra de terras, essa atividade ficou conhecida no movimento ambiental como “dólares e acres”. Ao longo dos anos 60 e 70, ela foi aos poucos crescendo, mantendo sua estratégia de compra de terras para a conservação. Outra marca dessa ONG foi a prática do não conflito. (DIEGUES, 2008).

Com essa iniciativa, na década de 1980, a renda da TNC saltou de 58 milhões de dólares para 222 milhões de dólares e sua equipe de 77 para 933 empregados. Na década de 90 esses valores só aumentaram, em 2002, a renda

da TNC 972 milhões. Hoje, ela possui 3.200 funcionários, em 528 escritórios, destes, 30 em países estrangeiros incluindo o Brasil. Sua sede mundial esta em um prédio em 8 andares, em Arlington, nos EUA. Entre sua estratégias atuais destacam-se: “alcance global, foco em grupos de consumo, reuniões com líderes mundiais, marketing sofisticado e análise de custo-benefício aplicado à conservação”. (OTATAWAY & STEPHENS, 2008, p.72).

Entre os membros do seu conselho, não remunerados, encontram-se executivos antigos, e atuais de empresas corporativas ligadas à indústria de carros, eletricidade e papel. Algumas dessas companhias sofrem pressão de grupos ambientais. No caso das empresas ligadas à produção de energia elétrica, o teor das pressões passa pela proteção de comunidades tradicionais afetadas pela poluição ambiental fruto das ações dessas companhias. As corporações que fazem contribuição acima de 25.000 dólares tem assento garantido no seu Conselho Internacional de liderança, espaços em que os conselheiros podem se encontrar pessoalmente com funcionários da TNC.

Outro fato que tem colocado a TNC no centro de debates ambientais acalorados é o enfoque da não confrontação, em determinadas questões de proteção da natureza, um caso emblemático neste sentido foi o da perfuração de petróleo, no refugio ártico de vida selvagem, no Alasca, em 2001, quando a organização decidiu ficar de fora do debate. Essa postura ajuda a explicar porque a Conservancy foi um dos últimos grupos ambientais a reconhecer “o aquecimento global e a necessidade de reduzir as emissões de gases causadores do efeito-estufa”. (OTATAWAY & STEPHENS, 2008, p.25).

Neste sentido Diegues (2008) lembra que a logomarca da TNC está presente em diversos produtos, que ao receberem o tratamento do marketing podem levar o consumidor a pensar que “papel de toalete, caixas de uva e de granolas” são frutos de algum tipo de manejo sustentável, esquecendo por vezes, que as empresas pagam para trazer a “folha de carvalho”, que representa a TNC, em suas embalagens. Atitudes como estas, acirram o debate sobre as práticas de conservação desenvolvidas pela “grande verde.” (DIEGUES, 2008, p13).

No Brasil, a TNC mantém escritórios em Belém, Brasília, Cuiabá, Curitiba, e Rio de Janeiro com focos nos biomas da Mata Atlântica, Cerrado e

Amazônia, neste último, as prioridades de suas ações, segundo Fernandes (2011) são: conservação de terras indígenas; de terras privadas e a busca de ferramentas para facilitar o cumprimento do código Florestal, bem como, o combate ao desmatamento e a degradação ambiental na região, no caso do Estado do Pará, seus representantes estão no município de Paragominas, trabalhando dentro da sede do sindicato dos produtores rurais, desenvolvendo dentre outras atividades a realização do Cadastro Ambiental Rural, CAR, - sistema de identificação de propriedades destinado a comprovar a regularização ambiental - segundo essa pesquisadora, esse trabalho se direciona às “grandes propriedades” rurais do local.

CAPÍTULO III - O Projeto Município Verde: do discurso à prática.

Esta seção se construiu tendo como centro a análise dos discursos dos agentes sociais diretamente envolvidos no processo de desenvolvimento do “Projeto Município Verde” (PMV), a partir da abordagem conceitual da teoria da Modernização Ecológica. A perspectiva sócio-histórica permeou as análises, e buscou apreender como esses agentes são construídos social e culturalmente, pelas suas experiências de vida, e pelos lugares sociais que ocupam.

Os enunciados discursivos foram analisados considerando as orientações teóricas vindas da análise do discurso, observando a dimensão ideológica da linguagem, que é historicamente determinada. (FOUCAULT, 1996; 2001; 2007). O discurso, para este autor, se destaca por possuir um caráter vivo, dinâmico, em movimento, e em relação com os acontecimentos históricos, sociais e culturais. Assim, o discurso é relacional, está dentro de uma cadeia discursiva que se relaciona com o contexto, com outros discursos e as diferentes realidades dos sujeitos que o constrói. Será feito uso também, da categoria sociológica *processo social*, conforme trabalhada por Norbert Elias (2006).

Buscou-se compreender os discursos dentro da relação que estes travam com outros discursos que se afirmam como verdades, como valores que devem ser preservados socialmente, e que podem informar práticas sociais. Ouvir os agentes sociais envolvidos no “Projeto Município Verde”, em Paragominas, revelou elementos importantes para se compreender as dinâmicas de ontem e de hoje, expressas na relação da sociedade com a natureza nessa região específica da Amazônia, em especial no âmbito econômico.

A partir do corpus da pesquisa, as análises que se seguem foram organizadas em quatro eixos-temáticos: 3.1- Projeto “Município Verde”: agentes sociais e contexto de criação; 3.2- O estabelecimento de pactos e parcerias para tirar o município da lista suja do desmatamento; 3.3.- Qual a natureza, e até onde vão as “ações verdes” em Paragominas?; 3.4- É possível apontar sinais de mudança na relação econômica da sociedade com a natureza em Paragominas?.

Como construção discursiva, o “Projeto Município Verde”, em Paragominas, desde o início de seu processo buscou criar uma imagem que

tenta aproximar a sociedade da natureza, a figura a seguir traz o nome do município, com o do projeto, associados a árvores que estão de pé, vivas e saudáveis fazendo alusão a uma natureza verde e preservada. Essa é a tônica que perpassa a iniciativa de sustentabilidade ora pesquisada.



Figura 03. Logomarca do PMV. Fonte: (ZAGALO, 2012).

3.1- Projeto “Município Verde”: agentes sociais e contexto de criação.

Os agentes sociais, mencionados a seguir, representante do poder público municipal, da sociedade civil e de ONGs são os que estão diretamente ligados ao processo de constituição do “Projeto Município Verde”, em Paragominas. Este recorte se faz necessário pela dimensão que se pretendeu apreender do citado objeto, que foca na relação entre o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental.

“O setor econômico tem entendido que nós temos que ter três vertentes hoje, o projeto tem que ser economicamente viável, mas também tem que ser socialmente justo e ecologicamente correto, então estamos buscando um modelo de desenvolvimento para a Amazônia que até então não existe [...] nosso desejo é implantar esse modelo em Paragominas daí servir [...] para outros municípios”. (Adnam Demarcki, Prefeito de Paragominas, entrevista à Globo News, em 02/08/2009).

Nós começamos a monitorar a tendência do desmatamento, onde é que tá e também buscar quem são os atores que fazem esse desmatamento, a primeira observação é que grande parte deles não eram produtores de Paragominas, eram de municípios vizinhos, que tinham atividades produtivas no município. [...] uma parte importante do desmatamento era para a produção de carvão. (Paulo Amaral, Imazon, Cidades e Soluções, 2009).

Eu tinha que desmatar, eu tinha que crescer e pra mim ocupar minha área eu tinha que usa desse sistema, não dá pra criar boi em cima de árvore. (Persio Barros de Lima, produtor rural Paragominas. Cidades e Soluções, 2009).

Em Paragominas nós temos um prefeito engajado, temos uma classe produtora engajada e temos mercado e atividades econômicas que dialogam com esse mercado globalizado que demanda critérios ambientais para o cumprimento das atividades econômicas. (José Benito Guerreiro, TNC, Cidades e Soluções, 2009).

Os enunciados acima apresentam uma linha narrativa, de onde emergem elementos da dimensão econômica e ambiental, que se entrelaçam em nível local e global, anunciando também, possíveis bases constitutivas de uma proposta de sustentabilidade. Como sustenta Lenzi (2006), o uso destes elementos pode ser compreendido a partir da teoria da Modernização Ecológica, que traz para a cena da sociologia ambiental, um debate que vincula a possibilidade de se compatibilizar o crescimento econômico com proteção ambiental. Para entender o contexto em que esses discursos foram produzidos, voltemos a Paragominas, e às memórias, de alguns de seus agentes sociais.

No dia 28 de fevereiro de 2008, no auditório da Prefeitura de Paragominas, numa reunião que durou aproximadamente 4 horas, 51 entidades, dentre as quais, a prefeitura municipal, representantes do setor florestal e comercial, Rotary Club, Sindicato dos Produtores Rurais, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Clube de Diretores Lojistas de Paragominas..etc, reuniram-se para assinar um pacto, que passou a ser conhecido como “pacto pelo desmatamento zero”, e que foi a base do que mais tarde seria o “Projeto Município Verde”. As estratégias iniciais dessa ação foram o “monitoramento do

desmatamento e o apoio para o registro das propriedades rurais no CAR”. (BARRETO et al., 2012, p. 22).

Ali, os representantes de diferentes setores sociais se comprometeram a não desmatar e buscar uma produção econômica “sustentável”. Segundo depoimento do então prefeito do município: “Pra mim, o pacto foi o primeiro momento dessa história toda” ⁷. Mas o que provocou tudo isso?

No pano de fundo deste contexto, o período compreendido entre os anos de 2007/2008, estava marcado pelo aumento significativo do desmatamento, e ao se analisar as políticas colocadas em prática, o TCU, fez recomendações severas, levando a fiscalização colocada em prática a focar suas ações em cima dos 36 Municípios, que mais desmatavam a região, nesse processo foi incluído o confisco de gado. A partir de então, bancos privados e públicos passariam a exigir o cumprimento de regras ambientais e fundiárias para a liberação de capital, nessa esteira, foi feita ampla divulgação na internet de áreas sob embargo econômico, bem como, o anúncio de que os compradores de soja e gado, advindos dessas áreas seriam corresponsabilizados pelo desmatamento ilegal na região. (BARRETO et al.;2012).

Sobre o momento vivido em Paragominas, naqueles dias, Mauro Lúcio, presidente SPRP, nos conta que:

O problema nosso era a pressão que era muito grande. Tudo começou com a pressão da moratória da soja (...) logo em seguida tivemos a questão da lista do Ministério do Meio Ambiente com a relação dos municípios que mais desmatavam na Amazônia (.....) Paragominas estava no meio dessa lista, aí desencadeou um tanto de operações foi arco de fogo, rastro negro (...) a lista para o município é igual quando a gente tá com o nome no spc (.....) com isso cortaram os créditos dos produtores. (Entrevista concedida em 13/08/2012).

Neste sentido, também, Barreto e colaboradores (2012), fornecem elementos importantes quando chamam a atenção, para o fato de que já em dezembro de 2007, o governo brasileiro havia tornado “obrigatório o embargo de atividades em áreas ilegalmente desmatadas ou queimadas” (p.19). Igualmente, determinou também, que fosse divulgado, em lista pública, dados do imóvel e do seu proprietário, especificando o exato local da área e suas coordenadas geográficas. De posse dessa lista, o Ministério Público Federal, (MPF) passou a

⁷ Adnam Demarcki, prefeito de Paragominas entrevista concedida em 14/08/2012.

responsabilizar frigoríficos e supermercados que continuavam a comprar carne de áreas embargadas.

Em janeiro de 2008, o governo Federal, através do Ibama editou, e divulgou amplamente, uma lista com os nomes dos municípios que mais desmataram na região amazônica, Paragominas estava nesta relação. De pronto, os produtores ligados à indústria da madeira, de grãos e fazendeiros sentiram-se afetados. Naquele cenário, o desmatamento para a extração de madeira ilegal, para a produção de carvão, por exemplo, era noticiada em cadeia nacional, revelando uma face negativa da atividade econômica do município.⁸

Em fevereiro de 2008, o Conselho Monetário Nacional, (CMN) através da Resolução nº. 3.545/2008, “exigiu que bancos públicos e privados”, cancelassem a liberação de créditos para propriedades rurais que não tivessem regularização fundiária e ambiental. (BARRETO et al., 2012). Os produtores rurais de Paragominas, principalmente aqueles mais dependentes do crédito oficial para o desenvolvimento de suas atividades foram duramente atingidos por essa medida.

Frente a esta situação, o poder público municipal e setores sociais ligados aos principais segmentos econômicos do município (pecuária, madeira e soja) reagiram buscando um caminho legal para tirar Paragominas da “lista negra do desmatamento”. Uma comissão foi a Belém, para contatar o Ministério Público Federal, e apresentar uma proposta elaborada para o estabelecimento de um “pacto pelo desmatamento zero”.

Em abril daquele ano, o IBAMA, a Força Nacional e a Polícia Federal realizaram uma operação conjunta denominada de “Operação Arco de Fogo”, com a intenção de suspender as atividades de desmatamento no município de Paragominas. Ao final da terceira semana de execução dessa operação, 19 estabelecimentos foram multados totalizando R\$ 9,7 milhões, duas áreas foram embargadas por causa do desmatamento ilegal. “Oito serrarias foram lacradas e multadas”. Foram apreendidas “mais de 6,5 mil m³ de madeira em tora serrada, 105 m³ de carvão vegetal e 130 m³ de lenha nativa”. (FUNDO VALE, 2012, p.42).

⁸ Mauro Lúcio, Presidente do SPR de Paragominas, entrevista concedida em 13/08/2012.

No dia 28 de outubro de 2008, foi realizada uma segunda operação denominada de “Rastro Negro”, com o objetivo de combater “a produção, o transporte e o comércio ilegal de carvão vegetal, uma das atividades econômicas mais importantes do município”. A economia local estava praticamente parada. Os ânimos de parte da população se exaltavam mais a cada dia. (Ibidem, p.43).

Em novembro daquele ano, foram apreendidos 15 caminhões com madeira extraída de terras indígenas. Essa apreensão de madeira fez aumentar a tensão no local, uma vez que a indústria da madeira era responsável por muitos postos de trabalho, os ânimos foram se acirrando, e como desfecho veículos e documentos do IBAMA foram incendiados, e os caminhões com a madeira apreendida foram levados embora pelos manifestantes. Naquela noite, houve ameaça de atear fogo no prédio da prefeitura e era possível ouvir tiros sendo disparados, para tentar conter os revoltosos⁹.

A tensão aumentou. O então Ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc junto com outros representantes do governo federal desembarcaram em Paragominas, exigindo providências das autoridades competentes e provocando um grande frenesi da mídia. As incertezas preocupavam os idealizadores do PMV. Quando foi lançado em fevereiro de 2008, o “pacto pelo desmatamento zero” tinha aproximadamente 90% aceitação da população, em novembro, esse índice caiu para 40%, segundo dados apresentados pelo prefeito. Dentre os fatores explicativos apareciam a perda de postos de trabalho, as operações do governo federal e as imagens veiculadas na mídia nacional sobre o município.

Essa contextualização nos remete aos estudos de Elias (2006), e à categoria sociológica, *processo social*, entendida como “transformações amplas, contínuas e de longa duração” (p.27). Que traz como motor principal as tensões e os conflitos ligados ao domínio, de um grupo, sobre o outro, pelos meios de satisfação de suas necessidades sociais. Neste caso, o que está em disputa são os recursos provenientes da natureza.

⁹ Adnam Demarcki, prefeito de Paragominas entrevista concedida em 14/08/2012.

3.2- O estabelecimento de pactos e parcerias para tirar o município da lista suja do desmatamento.

Ao longo do processo de constituição do “Projeto Município Verde”, dois momentos são bem expressivos: primeiro, a assinatura do “Pacto Pelo Desmatamento Zero”, firmado em 2008, e depois, o estabelecimento do “Pacto Pelo Produto Legal e Sustentável”, “envolvendo os setores florestal, pecuário e agrícola”. (BARRETO et al., 2012, p.24), firmado em 2010, ano em que Paragominas foi retirado da lista dos maiores desmatadores da região, por ter atingido as metas de redução do desmatamento exigidas pelo governo federal.

Nessa caminhada, outro fator importante foi o estabelecimento de parcerias, primeiro com as 51 entidades locais que assinaram os dois pactos, depois, com o governo do Estado do Pará, o Ministério Público Federal, instituições de ensino superior e pesquisa como a Escola Superior de Agricultura Luis de Queiroz (Esalq), Universidade Estadual de São Paulo (Unesp), Embrapa e ONGs, como o Imazon e a TNC, esta última, mais tarde teria a tarefa, de buscar entidades mantenedoras para o projeto, etapa realizada com sucesso quando o Fundo Vale¹⁰ e a embaixada americana, USAID aceitaram participar do financiamento da iniciativa¹¹.

Sobre essa etapa do processo ouvimos a seguinte narrativa:

Então firmamos o pacto, a grande maioria já convencida (...) se eu tivesse feito um decreto ninguém vai mais desmatar e publicado, não tinha tido efeito, isso tem que ser pelo convencimento da sociedade. Uns convencidos, outros inibidos, outros forçados. (Adnan Demarcki, entrevista concedida em 14/08/2012).

Proposto inicialmente pelo poder público municipal, o “Pacto Pelo Desmatamento Zero” revelou-se um instrumento de articulação importante, uma vez que, diversos setores da sociedade estavam ali representados e sentiam-se responsáveis pelo desenrolar dos acontecimentos. Caso alguém descumprisse o que havia sido acordado, a cobrança era feita publicamente, o que inibia ações que pudessem enfraquecer o elo, formado pelas entidades ali representadas.

¹⁰ Fundo criado pela mineradora Vale para o financiamento de ações na Amazônia, nas áreas de monitoramento do desmatamento, preservação de áreas protegidas e municípios verdes. (FERNANDES, 2011, p.71).

¹¹ Fabio Niedermeier, representante da ONG TNC, entrevista concedida em 12/08/2012, em Paragominas.

Em referência ao citado “convencimento da sociedade”, os meios de comunicação foram importantes no processo, como foi destacado pela Revista Época, em 2011, numa edição especial que trazia entre suas manchetes a chamada: “Como Paragominas, uma das campeãs do desmatamento ilegal, saiu da lista suja e virou uma esperança para a região”, mudando a representação inicial do município, que, de cidade-problema passou a ser divulgada como cidade-modelo para resolução do problema do desmatamento na Amazônia, saindo da condição de vilã e assumindo o papel de mocinha.¹²

Ainda no tocante às parcerias, Caparroz (2010) lembra que a ONG TNC, ao juntar-se ao PMV, trazia na bagagem a experiência desenvolvida no município de Lucas do Rio Verde, no Mato Grosso. Nesse município, a TNC ajudou a colocar em prática o projeto Lucas do Rio Verde Legal, a partir de 2005. Entre as ações básicas do citado projeto destaca-se a:

Conclusão do mapa de uso do solo do município, elaboração do manual de recuperação de mata ciliar, investimento em manejo adequado no uso de defensivos agrícolas, programa municipal de uso de defensivos, entrega de diagnósticos ambientais de cada propriedade rural-requisito para a licença ambiental única-LAU, assessoria de tramitação da LAU. (CAPARROZ, 2010, p.9).

Neste tópico encontro aproximações com a categoria sociológica dos processos sociais, em Elias (2006), quando nos lembra “que nenhum ser humano é um começo” e que as suas ações estão ligadas a outras, já em andamento. Nessa caminhada de construção de uma proposta de sustentabilidade, que absorveu conhecimentos científicos, e experiências vindas de Lucas do Rio Verde, por exemplo, nascem em Paragominas, transformações que podem ser “de longa duração” para o contexto social. (ELIAS, 2006, p, 31).

Outro fator importante para o desenvolvimento do PMV foi a relação com o conhecimento científico, pois, como foi destacado nos discursos dos principais agentes desses processo “os erros do passado”, no trato das questões ambientais, podem ser superados com a ajuda do conhecimento científico, “se não tiver ciência junto, tudo fica mais difícil”¹³.

¹² Disponível em <http://revistaepoca.globo.com-acessado> em 03 de fevereiro de 2014,13:05.

¹³ Mauro Lucio, Presidente do SPR de Paragominas, entrevista concedida em 13/08/2012.

Fechando esse painel dos parceiros e do papel que lhes coube no processo, em Paragominas é importante ressaltar que para desenvolver as ações do PMV, o fator financeiro também foi determinante, e a busca por apoiadores que ajudassem a materializar as ideias foi uma tarefa que exigiu a articulação dos agentes da iniciativa, mais uma vez, Mauro Lucio, Presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Paragominas, nos auxilia ao narrar que:

Aqui por exemplo foi o Fundo Vale quem bancou (...) isso também foi uma coisa muito importante (...) nós começamos esse trabalho com a TNC em 2008, só depois em outubro de 2009 foi que as coisas começaram a andar, em novembro de 2009 foi que nós abrimos a sala da TNC aqui no sindicato porque teve dinheiro pra poder fazer a compra das imagens, pra gente começar a fazer o trabalho (...) essa parte do dinheiro também foi fundamental (...) e isso, a gente deve ao fundo vale (...) nosso parceiro, apoiador. (Entrevista concedida em 13/08/2012).

3.3.- Qual a natureza, e até onde vão as ações do PMV em Paragominas?

A principal ação do PMV consiste na ampliação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) por parte de todos os produtores rurais do município. O CAR é definido pelo Decreto Federal nº 7.830, de 17 de setembro de 2012 dispõe sobre o Sistema de Cadastro Ambiental (SICAR), sobre o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e normatiza o Programa de Regularização Ambiental (PRA), sendo assim, um mecanismo de identificação obrigatório para todas as propriedades rurais, emitido pelas Secretarias Estaduais de Meio Ambiente, ele traz informações como: perímetro, tipo de vegetação, usos do solo, existência de nascentes, etc. Tais informações são obtidas por meio do mapeamento dos imóveis.

O CAR é uma ferramenta importante para o monitoramento da situação da cobertura florestal nos imóveis rurais e para a identificação do desmatamento irregular, pois, com esses imóveis cadastrados, é possível detectar quando e onde o Código Florestal não está sendo respeitado. Como instrumento de base do “Projeto Município Verde”, o CAR em Paragominas teve sua trajetória redefinida com a atuação da Organização não-governamental TNC, que ao assumir tal empreitada, em 2009, detectou que apenas 22% das propriedades do município estavam com o Cadastro Ambiental Rural pronto.

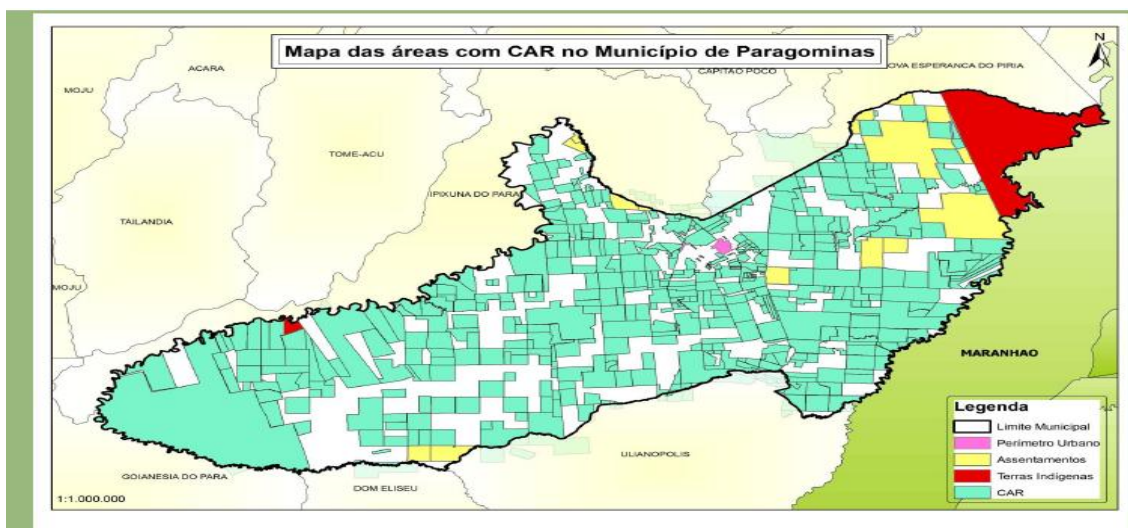


Figura 04: Mapa dos imóveis rurais com CAR. Fonte: SEMA, Paragominas/Pa.

De acordo com Fabio Niedermeier, representante da TNC, em 2009 teve início então um trabalho de articulação entre os parceiros do PMV, e em quatro meses de trabalho o índice de imóveis cadastrados subiu para 81%. Essa significativa adesão, pode ser explicada, por exemplo, pelo comprometimento assumido na ocasião pela Secretaria de Meio de Ambiente e pelo Ministério Público Federal, que deixaram claro “que o CAR não seria um instrumento de punição”. De fato as propriedades que apresentaram alguma irregularidade não foram autuadas, reflexo do compromisso feito naquela ocasião. (Entrevista concedida em 12/08/2012).

Nessa caminhada de ampliação do CAR, o processo de aproximação entre os produtores rurais e órgãos ambientais figura como uma etapa importante, uma vez que foi preciso criar um elo de confiança entre esses dois agentes sociais, para alcançar esse intento. Nesse sentido podemos dizer que a instalação da TNC no prédio, em que funciona o Sindicato dos Produtores Rurais funcionou como uma excelente estratégia para o estabelecimento de um diálogo mais fecundo entre produtores rurais e organizações ambientalistas.

Da narrativa de Fabio Niedermeier emerge um discurso de caráter harmonioso, quando fala da relação estabelecida entre a TNC e os produtores rurais, ao afirmar que “A gente é uma ONG, mas a gente não teve problema de convivência (...) não teve discordância, a gente sempre teve uma tranquilidade muito grande”. Vejo essa harmonia presente nos princípios da ONG TNC, bem

como, nos da teoria modernização ecológica, quando aponta a conciliação como um instrumento importante no diálogo ambiental. (OLIVIERI, 2009).

Aparentemente, o contexto anterior ao “Programa Município Verde” revela, enfim, aspectos em que o produtor por seu lado desmatava, em boa medida, por ter aprendido que aquela era a forma correta de se relacionar com a natureza; o governo por sua vez fiscalizava e punia, com multas, como resultado, havia um distanciamento, por vezes, “brigas”, entre esses agentes, a partir do firmamento do “Pacto pelo Desmatamento Zero” e da entrada da TNC no processo percebeu-se que para que houvesse êxito no aumento das propriedades cadastradas era preciso virar a página, criar outro cenário, sentar e conversar, mostrar para o produtor “que ele era a grande chave da história”, afinal era preciso encontrar uma saída viável.

Ainda de acordo com Fabio Niedermeir, outra situação constatada foi a de que, a falta de informação dos produtores rurais sobre seus imóveis era muito grande. A maioria deles imaginava que tinha um problema, mas “não sabia quantificar esse problema”. Observações como esta provocaram um desdobramento nas ações do CAR, a TNC começou a elaborar a proposta de um diagnóstico ambiental das propriedades, a metodologia utilizada desde então foi o trabalho de campo, e uso de imagens de satélite de alta resolução, compradas pela citada ONG, objetivando dar confiabilidade aos resultados apresentados aos órgãos ambientais e aos donos das propriedades.

A referida falta de informação chegava também ao poder público, o prefeito da cidade, à época refere-se à questão assim:

Eu não tinha informação científica, (...) no meu discurso eu falava que a metade da mata estava aberta, a outra metade fechada (...) nas palestras, e seminários em que eu ia, as pessoas diziam é prefeito você fala em preservar, já desmataram tudo (...) aí eu dizia, não ainda tem a metade, mas eu não tinha informação. (Adnan Demarcki, entrevista concedida em 12/08/2012-Grifo meu).

A narrativa acima destaca a informação, a partir do conhecimento científico, como um instrumento importante no processo constitutivo do PMV, ratificando o papel da ciência face à crise ambiental, indicando talvez que, para se fazer crível, frente a sociedade local, o poder público precisava ter em mãos dados sobre a realidade ambiental, que naquele momento não estavam

disponíveis. Coletar, organizar e divulgar informações sobre a real situação ambiental do local passou então a ser uma prioridade para os promotores do PMV.

Feito o diagnóstico do imóvel, se houvesse questões ligadas à área de preservação permanente, a reserva legal, ou ao passivo ambiental da propriedade, o proprietário era informado de como deveria agir, era feita uma espécie de “tradução das informações”. Com a realização do CAR para a maior parte dos imóveis de Paragominas foi possível conhecer mais amplamente os problemas ambientais do município, constatar que muitas propriedades não tinham problemas de ordem ambiental, e dar maior visibilidade ao PMV.

Segundo Fabio Niedermeier, à medida que se avançava em termos de conhecimento sobre a realidade ambiental local, outras iniciativas foram sendo construídas. Uma delas diz respeito a recuperação das áreas degradadas. Desta forma, com a ajuda de pesquisadores da Escola Superior de Agricultura Luis de Queiroz (ESALQ), a partir de 2011, foi proposto o desenvolvimento de projetos alternativos, de restauração florestal em 13 imóveis do município. A iniciativa atua em duas frentes, com atividades econômicas ligadas à silvicultura, agricultura e pecuária, e o plantio de espécies nativas dentro dessas propriedades, onde são plantadas de oito a dez espécies divididas em dois pacotes tecnológicos. Parte é de madeira nativa intercalando-se espécies de Mogno, Paricá, Ipê e Jatobá, outra parte são variedades de frutas.

Com a expressiva ampliação do número de imóveis cadastrados em Paragominas, e a ampliação e criação de novas ações a partir do CAR, desenvolveu-se uma rede de atividades, relacionando proteção ambiental e busca de alternativas de produção econômica, que possam superar “essa cultura do desmatamento”. A figura (5) exemplifica, uma das tecnologias utilizadas pela TNC, para desenvolver suas atividades de monitoramento e diagnóstico ambiental.

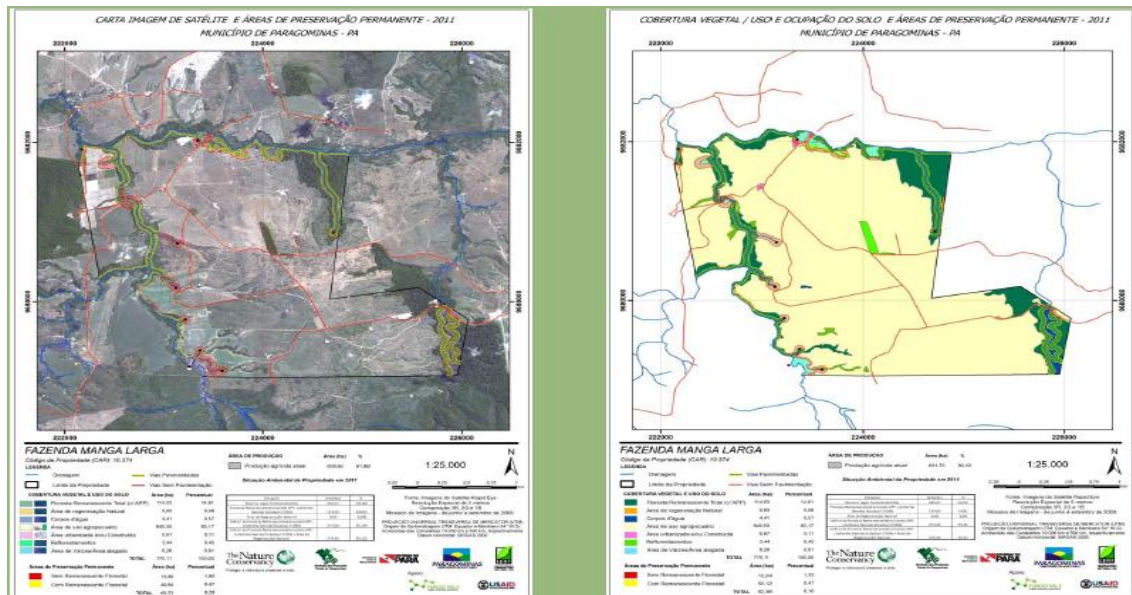


Figura 05: Paragominas/Pa.Mapa de Gestão Ambiental do Imóvel a partir do CAR + Base Cartográfica + Imagens alta resolução.NETTO,J.Q.2012.

Dentre os resultados obtidos pelo PMV podemos destacar: O aumento significativo dos imóveis com CAR e a redução do desmatamento, a posterior retirada da “lista suja” do IBAMA e a construção de uma nova imagem para o município. Mesmo atingidos esses objetivos, o projeto continuou a ser desenvolvido com a produção de material impresso e realização de atividades de divulgação através de palestras e seminários, também, ações de natureza educativa. Nesse último quesito vale destacar a inclusão, a partir de 2009, de atividades de educação ambiental nas escolas da rede municipal, atendendo mais de 30 mil alunos, segundo informação repassada, pelo então prefeito, Adnan Demarckj.

Outro aspecto que deve ser mencionado como parte desse processo foi a construção de equipamentos públicos, na zona urbana de Paragominas, que podem ser designados como “espaços verdes”, caso do Parque ambiental, (Figura 06) e do Lago Verde (Figura 07). No Parque Ambiental há uma exposição permanente do “Projeto Município Verde”, que é utilizado no trabalho de educação ambiental junto aos alunos das escolas do município e que ajuda a construir a memória coletiva da iniciativa. (FERNANDES, 2011; BARRETO et al., 2012; ZAGALO, 2012).



Figura 06-Parque Ambiental, Paragominas/Pa.

Fonte: (ZAGALO, 2012).

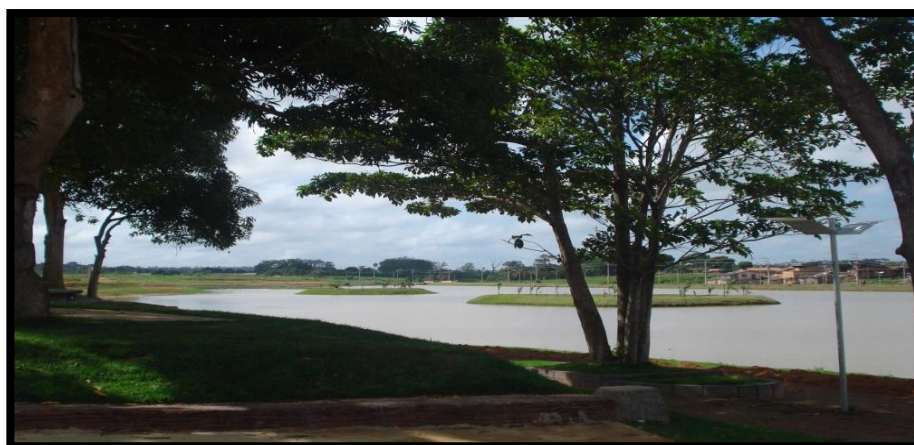


Figura 07-Lago Verde. Paragominas/Pa.

Fonte: (ZAGALO, 2012).

Aqui, entendo que uma ação importante do PMV tem sido a utilização do chamado marketing ambiental ou verde, entendido por alguns estudiosos como a adoção de políticas ambientais que envolvem a “área de recursos humanos, ciência e tecnologia, educação, tudo enfim que estiver envolvido com a produção ou prestação de serviços”. (PIMENTA, 2008).

Neste sentido ainda, há a preocupação em construir “uma ética ambiental” que possa ajudar na consolidação de novas condutas norteadoras das relações da sociedade com a natureza, no sentido de minimizar ou superar os “problemas ambientais”. A participação de indivíduos e organizações é apontada como uma ferramenta importante no desenvolvimento de políticas ambientais que fazem uso do “marketing verde”. (LEFF, 2003, p.113).

Como parte dos desdobramentos das ações do PMV, em 2012, o Sindicato dos Produtores Rurais de Paragominas, em parceria com Fundo Vale, Dow AgroSciences, o Imazon, a TNC e Esalq/USP desenvolveu o “Projeto Pecuária Verde”, com o objetivo de implementar um novo modelo de pecuária na Amazônia, com o objetivo de obter uma maior produtividade, na atividade pecuária¹⁴, preservando a natureza e possível de ser replicado em outras parte da Amazônia. Seus princípios básicos são: Adequação ambiental, manejo de pastagem e bem-estar animal.

Assim, a iniciativa busca intensificar a produção pecuária, procurando evitar a abertura de novas pastagens e aumentar os lucros dos produtores rurais. Para fazer parte deste projeto foram selecionadas seis propriedades que apresentaram “as maiores notas, e avanços na adoção do programa boas práticas agropecuárias, da Embrapa”. (SPRP, 2012). A inexistência de passivos ambientais e trabalhistas foi outro critério básico nas escolhas das propriedades a serem trabalhadas. O material de divulgação do projeto, também caminha de mãos dadas com o marketing ambiental.

O material de divulgação do citado projeto ao qual esta pesquisa teve acesso, enquanto estratégia do marketing ambiental aparece articulando o ambiente biofísico, com produtos e serviços, no sentido de mostrar a imagem da responsabilidade do setor agropecuário, para com a preservação na natureza. Evidenciando um discurso, em que, o desenvolvimento econômico está associado, ao que os estudiosos do tema, têm chamado de um estilo de vida “verde”. (DIAS, 2007).

¹⁴ Através da utilização de tecnologias que permitam a redução da área de pastagem necessária para a criação do rebanho bovino pelos produtores do município. Seus princípios básicos são: Adequação ambiental, manejo de pastagem e bem-estar animal. (SPRP, 2012).

Para Pimenta (2008), instituições públicas e privadas, cada vez mais procuram desenvolver projetos que tenham uma imagem ecológica forte, pois isso aparece como uma diferenciação no mercado e no contexto das relações sociais, uma vez que o “discurso verde” busca agregar “competitividade, qualidade e confiabilidade em seus produtos”. (PIMENTA, 2011, p.94).

Mais uma vez, entendo que essa dinâmica pode ser aproximada do argumento desenvolvido pela teoria da modernização ecológica, que sustenta que, o mesmo mercado que reconhece e paga pela agregação de valor aos bens naturais mostra-se preocupado com os destinos da sociedade no planeta, dando vazão, também às inquietações da opinião pública, quanto à problemática ambiental em escala planetária.

No caso do PMV propagam-se ideias que valorizam “o verde”, o que é ambientalmente saudável, sinalizando a construção de “outra visão de natureza”. O marketing verde aparece, dessa forma, como uma estratégia de divulgação do PMV, que parece querer incorporar “valores ecológicos” e promover “produtos verdes”. (PIMENTA, 2008).

Fernandes (2011), em pesquisa sobre o PMV, chama atenção para ações de fomento de discursos, através de veículos de comunicação, sobre o referido projeto por parte do poder público local, destacando que:

A comunicação tem se mostrado uma estratégia essencial no projeto Paragominas Município Verde. A prefeitura busca realizar ampla divulgação do projeto, em eventos da cidade e em seus diversos meios de comunicação, como a rede de televisão local, revista e rádios locais. O bom dia prefeito é um programa de rádio diário de 8 minutos de duração veiculado em todas as rádios da cidade. (FERNANDES, 2011, p.74).

Ao analisar as intenções discursivas veiculadas pela mídia, a pesquisa de Fernandes (2011) aponta para construção de um discurso “homogêneo sobre o desenvolvimento sustentável”. Um intuito de minimizar conflitos e possíveis opiniões contrárias. Esta constatação encontra ecos tanto no posicionamento do movimento ambiental da década de 1970, que ajudou na construção da teoria da modernização ecológica, na Europa ocidental, quanto nas relações desenvolvidas entre os próprios agentes sociais ligados ao PMV. Um exemplo que já foi citado nesse trabalho é o da busca de uma relação harmoniosa, entre

o sindicato dos produtores rurais e a ONG TNC. Isso sinaliza um consenso de discurso e prática entre os representantes do projeto, e esse princípio de conciliação, se pretende universal, nos lugares onde se fala do PMV.

De acordo ainda, com esta pesquisa, o PMV aparece como uma proposta de desenvolvimento sustentável que fará mudanças nas atividades produtivas da região, criando práticas econômicas menos agressivas à natureza, construindo assim, uma imagem positiva da cidade atraindo novos investidores, e abrindo portas para o mercado “verde”.

Nesta direção, entendo que há uma correlação entre o que Foucault (2007) designa como campo discursivo e o que ocorre com o discurso sobre o PMV, em Paragominas, uma vez que os enunciados construídos sobre o citado projeto são determinados por condições particulares de existência, e constituídos por uma rede discursiva, que se fortalece buscando outros discursos que a tornem mais forte. Nesta configuração é possível também perceber que há, nas “ações verdes”, a intenção de repetir constantemente um enunciado, que traz o forte desejo de construir uma verdade.

3.4- É possível apontar sinais de mudança na relação econômica, da sociedade com a natureza em Paragominas, no estado do Pará?

Já foi dito, em outras partes deste trabalho, que de acordo com a visão moderna de natureza (THOMAS, 1996), os recursos ambientais existem para atender às necessidades humanas. As influências desse pensamento reproduziram-se no espaço amazônico e colocaram em prática uma exploração intensa e predatória. Em Paragominas, este modelo pode ser observado na atividade econômica de exploração da madeira nativa, que dado ao seu caráter de exemplaridade, pode revelar aspectos importantes da relação econômica existente entre a sociedade e o meio natural.

Pinto e colaboradores (2009) nos contam, que, a extração da madeira, tal como realizada em Paragominas, desde a década de 1970, era feita de forma pouco ordenada e sem planejamento, apresentando como resultado um impacto negativo ao meio ambiente, e um enorme desperdício da própria madeira. De acordo com esses autores, por exemplo, para cada árvore extraída, em média,

27 eram danificadas. Desse volume aproximadamente 85% teria proveito futuro para essa mesma indústria. Essa forma de tratar os recursos naturais, de forma “intensiva e predatória provocou o declínio da atividade madeireira no município”. (PINTO, et al.,p.40).

Esse modelo de desenvolvimento econômico foi praticado por 40 anos¹⁵. A partir da crise ambiental global e das pressões governamentais e não-governamentais, sobre o setor econômico hegemônico, outras alternativas começam a ser buscadas. Assim, os discursos que tem emergido, de diferentes agentes sociais, sobre o espaço em questão, sinalizam que, o olhar da esfera econômica, sobre a natureza em Paragominas está atravessado por elementos que consideram a necessidade de uma relação diferenciada com a natureza.

Das memórias dos agentes entrevistados para esta pesquisa emergiram importantes marcadores discursivos, que podem indicar um estado capaz de provocar uma transição. “levar um choque”, “fazer diagnóstico”, “conhecer a doença”, “tratar”, “curar”, “sofrer pressão”.

A Paragominas de “ontem”, que brota das memórias dos agentes sociais aqui ouvidos é uma cidade “deteriorada”, em que a madeira e a pecuária estavam “acabadas”. Para muitas pessoas naquela época, “a madeira nunca ia acabar”, mas acabou. Ao olhar para o passado do lugar, a relação que foi estabelecida com a natureza, Mauro Lúcio lembra que:

Se a gente for olhar o histórico de como nós começamos, não tínhamos condições nunca de ter feito a coisa certa. Nós estávamos num lugar onde ninguém conhecia nada (...) a gente ia trabalhando pelo instinto, pelo intuito de fazer, em uma região completamente nova. (Entrevista concedida, em 13/08/2012-Grifo meu).

Nessa narrativa, a expressão “trabalhando pelo instinto”, dá a dimensão do valor atribuído ao conhecimento empírico, este associado a uma prática errada, de se relacionar com a natureza. Evocando, talvez, por um lado uma justificativa, para o ocorrido ali, por outro o reconhecimento das limitações impostas pelo tempo e pelo espaço, que como será mencionado mais adiante, precisará de outro conhecimento, por assim dizer, para fazer a coisa certa.

¹⁵ Fabio Niedermeier, representante da ONG TNC, entrevista concedida em 12/08/2012, em Paragominas.

A falta de conhecimento sobre o lugar, a Amazônia, aparece de forma recorrente nas memórias desse entrevistado, um caso exemplar disso é quando ele narra as experiências, suas e de seus pares, com o plantio do capim. Segundo ele, o pecuarista, por exemplo, que veio do norte de Minas Gerais para a região amazônica, trouxe o capim colômbio, que ele conhecia, plantou, e somente mais tarde descobriu “que o colômbio não era o capim adequado” para ser plantado nessa terra. E conclui sua narrativa dizendo: “a mesma coisa tá acontecendo hoje com o eucalipto”.

Assim, a partir da segunda metade dos anos 2000, o Governo Federal intensifica as ações de fiscalização do cumprimento da legislação ambiental, para que o desmatamento seja “monitorado e controlado”, (PINTO et al., p.11). A partir dessa nova situação o PMV se apresenta no discurso escrito propondo outra forma de relação com a natureza baseada em:

“Pesquisa técnico-científica, monitoramento mensal da cobertura florestal, capacitação de agentes locais para monitoramento e gestão ambiental, disseminação da educação ambiental nas escolas, ampliação das áreas de reflorestamento manejo florestal e microzoneamento de imóveis rurais”. (PINTO et al.,p.12).

Esse enunciado aponta intenções de mudança na relação com a natureza, uma vez que, os eixos mencionados acima apresentam um conjunto de medidas, que parecem nortear uma intenção de conhecer melhor, e controlar, o espaço da natureza em Paragominas.

“Não precisa mais desmatar” com esse enunciado, evocamos mais uma vez, as memórias de Mauro Lucio, agora para sinalizar também mudanças, e a imagem que aparece “hoje”, quando se fala em/de Paragominas. O conhecimento científico emerge, na oralidade como o aliado necessário, para a construção de uma relação diferente com a natureza. Ao tratar da necessidade do fomento à agricultura, deixa claro que “a pesquisa tem que está junta”.

Desta forma, a economia que ontem era praticada intuitivamente, baseada na experiência, e que levou o município para a lista dos maiores desmatadores, com o advento do PMV, passa a ser pensada a partir de critérios de pesquisa científica, e as memórias do narrador, indicam que o sucesso vivido no presente, tem uma relação direta com esse conhecimento. Sinalizando assim, que a

ciência é um componente importante no processo constitutivo do PMV, e que seus idealizadores tem essa percepção. Para usar uma expressão do entrevistado, e de sua relação com o discurso científico isso indica “uma mudança de paradigma”.

Entre os aspectos que marcaram a relação econômica da sociedade com a natureza, em Paragominas antes do PMV, de acordo com as falas dos entrevistados aqui, destacam-se a prática de um conhecimento empírico, apontado como negativo, a ideia de que os recursos naturais eram infinitos, o desconhecimento do lugar, a prática da monocultura, e da extração ilegal de madeira, prática econômica essa determinante na construção da imagem definida à época, como de “paragobala”.

Com o advento do PMV, a economia local começa a construção de outra imagem, que aparece refletida, também, em seus agentes sociais. As memórias que emergem a partir do PMV, colocam o próprio falante em outro lugar, o lugar de quem está tratando a natureza de forma correta. Palavras como “empolgação”, “orgulho”, “alto estima” aparecem e refletem outro estado de espírito. A prática econômica aparece “colada” num discurso de sustentabilidade, e isso aponta para outra ética na relação com o meio natural. Ao falar do PMV, os entrevistados colocam-se à frente do seu tempo. Um ar de bem estar parece tomar conta do discurso do falante. As palavras de Mauro Lucio são exemplares:

Nós fomos pioneiros na pecuária, no reflorestamento, na agricultura, como somos pioneiros ai nesse projeto de município verde (...) Hoje o que está acontecendo em Paragominas é a grande chance que nós temos para poder mostrar pra todo mundo, como é que faz (...) o que temos que fazer é investir aqui no município. (entrevista concedida em 13/08/2012-Grifo meu).

A condição de “pioneiro” reafirma a ideia de estar adiante dos demais. Carrega um ar de positividade. Algo de mito fundador, nesse caso da economia local. Na comparação da narrativa desse entrevistado, os dois momentos aqui citados são bem demarcados. No primeiro, um sentimento de não conhecer a natureza e por isso, tratá-la de formar errada, já no segundo momento, essa ideia é substituída pela de conhecer e mostra como fazer uma relação sustentável com o meio ambiente. Um aprendizado que também, ganha ares de

pioneirismo no discurso, e se pretende servir de modelo para outros espaços. Talvez um sinal de mudança.

Vejo essa questão em Foucault (2001), relacionada ao conhecimento, em especial o científico, que se apresenta, nesse caso, como base do saber e do poder. Nos princípios norteadores do PMV, destaca-se a ação de “monitorar”, sinalizando o controle e a disciplina apontados, também, como necessários ao alcance das metas do PMV, que traz no seu bojo constitutivo, um discurso de proteção da natureza, que caminha, portanto, lembrando os estudos de Foucault, por atos de certa forma de vigiar, e se preciso punir.

Outro importante sinal da mudança na relação da sociedade com a natureza, em seu âmbito econômico, expresso nas narrativas ouvidas para este trabalho, está presente na construção de uma ética na relação com o meio ambiente, na construção de responsabilidades coletivas e individuais, o PMV sinaliza para a possibilidade de uma “vida ecologicamente correta” e pode servir de exemplo para outros locais. (OLIVIERI, 2009).

Entendo a ética a partir de Foucault (2001), como o ato de tomar decisões e ser responsável por si, e pela realidade construída a partir dessas ações. O indivíduo faz escolhas e precisa assumi-las. Em Paragominas, parece que a existência de outrora, conflituosa e nociva à natureza, deve ser deixada para trás, para que os agentes sociais possam se adequar às novas “normas e convenções” da legislação ambiental e do PMV.

Ainda na composição do quadro dos sinais de mudanças, emergentes em Paragominas, a partir do PMV, Oliveira (2012), ao analisar aspectos da relação sustentabilidade e economia, no período de 2000/2010 argumenta que os instrumentos de política pública articularam-se entendendo que o uso sustentável e a conservação dos recursos naturais, é uma condição para o desenvolvimento econômico e social, frente a isso, passou-se a:

Dinamizar a economia local em bases sustentáveis por meio de estímulos para que o município melhorasse a governança pública municipal, promovesse segurança jurídica, atraísse novos investimentos, reduzisse desmatamento e degradação e promovesse a recuperação e conservação dos recursos naturais. (OLIVEIRA, 2012, p.15/16).

Fernandes (2011), ao tratar das relações de poder e dos discursos de sustentabilidade, em Paragominas afirma que “as relações de poder não são alteradas” naquele contexto. Observando o processo em questão, este trabalho entende que há alteração nessas relações, uma vez que, no caso do setor econômico, quem está à frente hoje são os produtores rurais, e não mais os madeireiros; com o advento do PMV o conhecimento científico passou a ocupar um lugar de destaque, que não havia no ciclo da madeira. A ciência entendida aqui como expressão de poder. As imagens de satélite, utilizadas no processo de constituição do CAR são exemplos disso.

Estar na posição de um dos maiores desmatadores da região, e ter sua imagem associada à destruição da natureza parece que produziu um posicionamento de discurso, em que o poder, tanto dos representantes do agronegócio, quanto da política pública, fragilizou-se, submetido aos ditames da legislação federal. Isso começa a mudar com a progressiva constituição do PMV e reposiciona seus agentes sociais, uma vez que agora sentem-se fazendo “a coisa certa”, detendo novos conhecimentos, outros poderes, que os coloca na condição de referência positiva para a Amazônia, no que tange às boas práticas ambientais, os coloca no lugar, não mais de quem é cobrado, mas de quem cobra, Mauro Lucio é altivo ao dizer que, “nós temos é que receber do governo, pela patente do Projeto Município Verde”.

Este trabalho entende ainda que, mesmo que os parceiros do PMV produzam e veiculem publicamente discursos homogêneos, no interior do grupo, no âmbito privado, por assim dizer, é possível perceber aspectos discordantes. Parece que a culpa, pelo passado de destruição da natureza, recai mais sobre a indústria madeireira, e os entraves do presente, vividos pela economia sustentável é culpa da falta de aparelhamento dos órgãos governamentais municipais. “Não basta apenas descentralizar a SEMA, é preciso aparelhar o órgão e dar condições de trabalho aos fiscais”.

À Guisa de Conclusão

A Modernização Ecológica emergiu na Europa ocidental como um “novo sistema de crenças” que traz entre as suas principais proposições: colocar em pé de igualdade o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental; o reordenamento da relação do Estado com seus cidadãos, incluindo ONGs, corporações privadas e movimentos sociais; o entendimento de que as abordagens ecológicas precisam possuir abrangência global. (OLIVIERI, 2009).

Desta forma aponta-se para uma racionalização da ecologia, em que esta é elevada para o nível da esfera econômica, política e cultural. Nessa configuração, a ecologia proposta, redireciona os processos econômicos de acordo com seus critérios. (LENZI, 2006). No entanto, é preciso pontuar que esse processo não é “evolucionista nem homogêneo”, pelo contrário, é “marcado por diferentes interesses em conflito, lutas sociais e debates ideológicos”.(OLIVIERI, 2009, p.63).

No programa de reforma proposto pela abordagem da modernização ecológica fica claro que por causa da crise ambiental, as principais instituições modernas, - Estado, ciência, tecnologia e mercado – precisam ser reordenadas, porém, essas mudanças não implicam um “questionamento estrutural dessas instituições”, seu interesse está focado “na transição para uma sociedade ambientalmente sustentável”. (OLIVIERI, 2009, p.75).

Os enunciados que buscam expressar definições para a modernização ecológica, falam em “uma transformação e inovação tecnológica ambientalmente mais sensível”, e também numa dimensão que a define como um “discurso de política pública que serve tanto para fomentar uma melhor gestão ambiental quanto para administrar conflitos e desacordos”. As noções de modernização ecológica, até aqui mencionadas em sua totalidade, parecem evocar a tensão existente entre as instituições modernas e o meio ambiente. (OLIVIERI, 2009, p.123).

Muito dos apontamentos citados acima aparecem na agenda do Projeto Município Verde, tal como se desenvolveu em Paragominas/PA. Seu contexto de criação, por exemplo, evoca a necessidade de construção de uma nova racionalidade ecológica, capaz de superar a crise ambiental, que de pronto

afetou o setor econômico local. Outro ponto de coincidência com os processos descritos pela teoria da modernização ecológica é a presença dos mesmos agentes sociais acima citados e que serão centrais para a compreensão do PMV: o Estado, o mercado, a ciência e a tecnologia. Ademais, essa similitude também ocorre em função da intenção, presente na proposta do PMV, de criar um modelo de sustentabilidade, em que o crescimento econômico, em tese, esteja em pé de igualdade com a proteção ambiental, tomando a forma de uma política pública, que busca se institucionalizar a partir de cima, tendo o setor político e o econômico à frente de uma iniciativa que procura redefinir a relação econômica da sociedade de Paragominas, com a natureza.

Para divulgar esses princípios, o poder público local utiliza amplamente a mídia, explorando diferentes canais de comunicação para atingir tanto a comunidade local, quanto diferentes segmentos sociais para além da fronteira municipal. Para tanto, utiliza diferentes meios de comunicação (Rádio, televisão, jornais), atuando em ambientes sociais, os mais diversos (escola, parque ambiental, feiras agropecuárias, etc.). A partir desse verdadeiro arsenal de comunicação foi construído um discurso de sustentabilidade, cujos exemplos podem ser verificados nas inúmeras matérias jornalísticas que elevaram Paragominas/PA e o “Projeto Município Verde” ao patamar de modelo para a resolução do problema do desmatamento na Amazônia.

Assim como na abordagem da Modernização Ecológica, o PMV busca desenvolver arranjos de regulação “voluntários e cooperativos”, aliando governo e mercado, motivando o desenvolvimento de inovações tecnológicas e a realização de diálogos institucionais reunindo assim forças para a afirmação de sua verdade. Por outro lado, vale destacar que o PMV, se constituiu de forma tensa e conflituosa, como no caso dos episódios das operações de fiscalização ambiental, que, provocaram a reação de segmentos do empresariado local-associados a extração ilegal de madeira colocaram em jogo a própria sobrevivência de sua proposta, como foi destacado pelo prefeito de Paragominas.

Mais uma vez Elias (2006), nos dá suporte ao afirmar que os processos sociais apontam duas direções sendo, portanto, “bipolares”, uma que tem caráter de ascensão e outra de queda. O modelo de relação econômica estabelecida

com a natureza, em Paragominas, antes da crise ambiental global, e das pressões exercidas por órgãos governamentais e não governamentais, caminhava num sentido, o modelo que se pretende com o PMV, parece caminhar em outra direção.¹⁶

Oliveira (2012, p.84), aponta como desafio do PMV, o fato de que seu modelo de desenvolvimento sustentável, assim ela o define, repete as práticas e as estruturas sociais “com as quais se organizou a sociedade industrial ocidental”. Concordo com essa observação, pensamos que um dos limites do PMV reside no fato que ele foi concebido a partir de agentes sociais que possuem pouca relação direta com o trabalho rural – refletindo uma visão da cidade sobre o campo. Nesse sentido é que podemos destacar a pequena participação de representante dos trabalhadores rurais e agricultores familiares nesse processo, bem como as dificuldades que esses grupos sociais enfrentam no processo de adaptação ao PMV.

Observando o processo de construção do PMV, percebe-se que, alguns segmentos sociais, que estavam representados nas 51 entidades presentes na ocasião em que foi selado o primeiro pacto, foram aos poucos desaparecendo dos discursos. Se, foram importantes, no momento da legitimação da ação, e são evocadas/convocadas sempre que necessário, para fortalecer a verdade, da participação social na elaboração do projeto, essa importância parece que foi colocada em segundo plano, quando as práticas sociais do PMV tornaram-se reais. Essa ausência pode indicar, também, uma forte disputa pela paternidade desse filho, uma vez que, nas imagens projetadas sobre/de Paragominas, o PMV aparece como uma ação exclusiva do setor público e do agronegócio local.

A intenção de buscar colaboradores e promover um diálogo, que se pretende harmonioso, dá uma tônica importante ao projeto. A iniciativa é conduzida pelo setor produtivo hegemônico da sociedade local, e pelo poder público. As pesquisas sobre o tema têm apontado que não há intenção de

¹⁶ Elias lembra também, que os processos sociais são reversíveis, e que dependem “do aumento ou diminuição do capital social, patrimônio do saber, e nível de controle humano sobre a natureza não humana”. (ELIAS, 2006, p, 28). Quanto mais longo for o processo, mais fácil será identificar a ruptura de um estágio para o outro, como também o deslocamento, ou o reordenamento do poder, que o conduz.

promover debates e repensar as estruturas sociais, as teorias da modernização ecológica, caminham neste mesmo sentido.

Entendo as questões da parceria em Lenzi (2006), como a construção de um elo de fortalecimento que traz, desde o Estado, com suas ações de regulação, que também, buscam desenvolver um “comportamento ecologicamente” adequado de produtor e consumidor, à ciência no desenvolvimento de tecnologias “curativas e/ou preventivas”, seja no campo “macro ou micro” para promover o equilíbrio proposto pela Modernização Ecológica. (LENZI, 2006, p. 71-74).

Esta pesquisa procurou reconstituir a trajetória econômica do município para tentar entender aspectos centrais do processo de constituição do PMV, buscando aproximá-lo da sociologia ambiental e da teoria da Modernização Ecológica, utilizando-o como uma “janela”, possível de se olhar a relação estabelecida entre, o setor hegemônico da economia local, com a natureza.

O PMV foi pensado como uma resposta à força da regulação ambiental, que foi passo a passo promovendo um sistema de controle direto sobre a organização, as atividades da economia local, direcionada pelo governo e seus representantes. A realização da “Operação Arco de Fogo” e a inserção do município na primeira “Lista Suja do Desmatamento” apontam isso. Como desdobramentos desse processo foram elaboradas as ações que desembocaram na iniciativa do PMV. A força da lei é um elemento importante nesse processo.

Assim, a importância das ações regulatórias do Estado aparece manifesta desde o começo. Contudo, se a emergência de uma crise ambiental colocou Estado (na figura do Ministério do Meio Ambiente e do IBAMA), agentes políticos e econômicos locais, em polos opostos no começo, com o avanço do processo esses conflitos foram minimizados, sinalizando a possibilidade do debate sobre o combate ao desmatamento na Amazônia, ir além da relação conflituosa existente entre economia e meio ambiente.

De acordo com a proposta do PMV, a viabilização do crescimento econômico e da proteção da natureza, está associada às inovações tecnológicas, nesse sentido é salutar promover um processo de eficiência

ambiental, que percorra todo o ciclo econômico, que se estende desde a extração dos recursos da natureza até a produção e o consumo. Entre os desafios presentes nessa caminhada aparecem a questão da aquisição de novas tecnologias, da capacidade das organizações políticas e a utilização disso na prática.

Um dos argumentos centrais da teoria da modernização ecológica diz respeito ao papel da tecnologia na construção de alternativas ambientais eficientes, que permitam a continuidade do desenvolvimento econômico. (LENZI, 2006). Este trabalho tenta trazer a descrição de elementos dessa intersecção entre o meio ambiente e a dinâmica econômica da sociedade, nesta parte da região amazônica.

Enquanto um discurso ecológico, que se pretende de sustentabilidade, o PMV como expressão de seus idealizadores, propõe o desenvolvimento de uma relação mais cuidadosa com o meio ambiente, num certo sentido, um fazer as pazes com a natureza, ainda que seus marcos estejam definidos, dentro da regulação estatal e de uma via expressamente capitalista, elementos estes, que o caracterizam também, como uma expressão política da modernização ecológica no espaço amazônico.

O PMV apresenta questões que não podem ser desprezadas pelas Ciências Sociais, nem pelo debate sobre as possibilidades de implantação de alternativas baseadas na teoria da modernização ecológica no espaço amazônico. No seu conjunto, a iniciativa nos ajuda a pensar no como se pode ir além da relação conflituosa entre o crescimento econômico e a proteção da natureza, e a possibilidade de daí avançarmos, para mudanças institucionais amplas na sociedade, que possam levar a sustentabilidade ambiental, e as riquezas frutos dessa para outros setores sociais, num processo que incorpore valores de democracia e justiça social, tão presentes nos discursos falados e escritos que tratam do tema.

Os agentes sociais aqui ouvidos, e responsáveis diretamente pelo PMV, não se veem como “*visionários*”, dizem apenas que tiveram as condições temporais e espaciais, que os possibilitou viverem uma experiência *sui generis*, que para se repetir, em outro espaço, precisaria das mesmas condições históricas. Afirmativa com a qual esta pesquisa concorda.

Entende-se também que, a sustentabilidade é composta por diferentes narrativas, ou discursos, o desenvolvimento sustentável, linha à qual o PMV aparece vinculado, pelo menos nos enunciados orais e escritos aos quais tivemos acesso, é uma delas. Visão que difere deste trabalho, pois como foi já dito, acredita-se que o PMV possui uma forte relação com os princípios da Modernização Ecológica, outra das narrativas que tratam da sustentabilidade.

Alguns autores da Sociologia Ambiental consideram que a narrativa do Desenvolvimento Sustentável tornou-se vazia de significado, por conta talvez do seu uso excessivo. Por todos os lados emergem propostas fazendo uso do conceito. O PMV caminha para o além-fronteira. O Programa Municípios Verdes, do governo do estado do Pará, em boa medida inspirado no PMV, já está em processo. A história mostrará até onde a experiência de Paragominas poderá ser replicada em outros contextos regionais, ou se a diversidade regional irá provocar a perda de sua essência.

Enquanto trabalho que fez uso de diferentes discursos buscou-se compreender os enunciados na singularidade de sua situação, determinando as condições de sua existência, fixando limites e estabelecendo correlações com outros enunciados. Desta forma, o debate aqui proposto permanece aberto e livre para novos diálogos.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro, FGV, 2007.
- AVIZ, R; ALBAGLI, S. Desenvolvimento sustentável, informação e comunicação: O caso de Paragominas. IN: ANAIS DO ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO XII, 2011, Brasília: COMUNICAÇÃO ORAL, 2011.p.1-10.
- ASSIS, William Santos. **A construção da representação dos trabalhadores rurais no sudeste paraense**. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2007.
- ACSELRAD, Henri. **O que é justiça ambiental?** Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- AQUINO, Maria José da Silva. **“A Casa do Nosso Gens”: um estudo sobre ONGs ambientalistas na Amazônia**. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.
- ALTIERI, Miguel. **Colheita Fatal**: velhas e novas dimensões da tragédia ecológica da agricultura moderna. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- ANDERY, Maria Amália. et al,. **Para compreender a ciência**: Uma perspectiva histórica. São Paulo: EDUC, 1996.
- ALVES FILHO, Armando. *“A Política dos Governos Militares da Amazônia”*. In: ALVES FILHO, Armando; SOUZA JUNIOR José Alves; BEZERRA NETO e José Maia. **Pontos de História da Amazônia**, volume II – Belém: Paka-Tatu, 2000.
- ARAUJO, José Júlio Cesar. **A invenção do discurso verde na Amazônia**. Manaus: Valer editora, 2009.
- BURKE, Peter. **A escola dos Annales**. São Paulo: Unesp, 1990.
- BOURDIEU, Pierre. **O senso prático**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2009.
- BARRETO, Paulo et al. O Brasil atingirá sua meta de redução do desmatamento? Belém, Imazon, 2012.
- BECKER, Bertha. K. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1997.
- _____. **Amazônia**: Geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

BATISTA, Djalma. **Amazônia cultura e sociedade**. Manaus: Editora Valer, 2006.

BARBOSA, Francisco Benedito da Costa. Paragominas: **Do Crescimento Econômico ao Desenvolvimento sustentável**. Belém: IPADES, 2009.

CASTRO, Celso. **Amazônia e defesa nacional**. Rio de Janeiro, Editora da FGV, 2006.

CAPARROZ, Marcio Batista. **Ambiente, Urbanização e Agroindústria**: a especificidade de Lucas do rio Verde-MT. XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, realizado em Caxambu- MG – Brasil, de 20 a 24 de setembro de 2010.

DIEGUES, Antonio Carlos. (org.) **A ecologia política das grandes ONGs transnacionais**. São Paulo: NUPAUB, 2008.

DIAS, Ricardo. **Marketing Ambiental**: Ética, responsabilidade social e competitividade nos negócios. São Paulo: Atlas, 2007.

ELIAS, Norbert. **Escritos e Ensaios**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 12ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____ **As palavras e as coisas**. São Paulo: Bertrand Brasil, 2007.

FLEISCHFRESSER, Vanessa. **Amazônia, Estado e Sociedade**. Campinas: Armazém do ipê, 2006.

FERNANDES, Roberta Aviz de Brito. **Discurso e Sustentabilidade: O caso de Paragominas**. Rio de Janeiro. UFRJ, 2011.

FERREIRA, Igor Nicolau Richwin. **Parcerias Para Gestão Ambiental em Propriedades Rurais**: O caso de Lucas do Rio Verde-MT, Brasília, DF: UNB, 2010. Originalmente apresentado como dissertação de mestrado, Universidade de Brasília, 2010.

FIGUEIREDO, Raul Batista de et al., **Diagnóstico da agricultura familiar do Município de Paragominas –PA**. Belém: UFPA/NAEA, 1994.

GUIMARÃES, J. et al., **Municípios Verdes**: caminhos para a sustentabilidade. Belém, Imazon, 2011.

GOES FILHO, Sinésio Sampaio. **Navegantes, Bandeirantes, Diplomatas**. São Paulo, Martins Fontes, 200.

GUIMARÃES, Antonia Fernando. **Marketing verde e a propaganda ecológica**: uma análise da estrutura da comunicação em anúncios impressos. Tese de doutorado. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA). 2006.

GIDDENS, Antony. **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro, JZE, 2007.

HOLANDA. Fabíola. **História Oral**: como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2007.

HALBWACHS. Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

LUCENA, Solange Luciano. **Paragominas**: Cidade sem passado (1950-2007). Belém: UFPA, 2008.

LOUREIRO, João Jesus Paes. **Cultura Amazônia uma poética do imaginário**. Belém: Cejup, 1995.

LEFF, Enrique. **A complexidade Ambiental**. São Paulo: Cortez editora, 2003.

LENZI. Cristiano Luis. **Sociologia Ambiental**. São Paulo: EDUSC, 2006.

_____. **Modernização ecológica e a política ambiental** Catarinense. EDUSC, Florianópolis, 2006.

MUNIZ, Lenir Moraes. **Ecologia Política**: O campo de estudo dos conflitos socioambientais. In Revista Pós Ciências Sociais. São Luis: EDUFMA, Bv.6, 2009.

NASCIMENTO, Danilo Lovisaro do. **Biopirataria na Amazônia**. Curitiba: Juruá editora, 2010.

NOBRE, Marcos. **Desenvolvimento sustentável**: a institucionalização de um conceito. Brasília: IBAMA, 2002.

NETO, José Maia Bezerra. GUZMAN, Décio de Alencar. org. **Terra Matura**. Belém: Paka-tatu, 2002.

NETTO, J.Q. **Mapa de Gestão Ambiental**. 2012. 1 imagem.

OLIVEIRA, Myriam Cyntia Cesar. et al., **Diversificação dos sistemas produtivos familiares: Reflexões sobre as relações sociedade-natureza na Amazônia Oriental**. Novos Cadernos NAEA. v. 14, n. 2, p. 61-88, dez. 2011.

OLIVIERI, Alejandro Gabriel. **A teoria da modernização ecológica: uma avaliação crítica dos fundamentos teóricos.** UNB, Brasília, 2009.

OLIVEIRA, Rosinele da Silva de. Da condição de município marrom a município “verde”: o caso de Paragominas-PA. **Revista de administração e negócios da Amazônia**, Belém, n.2, mai/ago. 2012. Disponível em < <http://www.unama.br>>. Acesso em: 11 de dez.2012.

PINTO, Andréia et al., **Diagnóstico socioambiental do município de Paragominas.** Belém: IMAZON, 2009.

PICOLI, Fiorelo. **O capital e a devastação na Amazônia.** São Paulo: Expressão Popular, 2006.

PAYER, Maria Onice. Discurso, memória e oralidade. *Horizontes*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 47-56, jan./jun. 2005.

PAVESE, Helena. Delineamentos de uma economia verde. **Política Ambiental**, Belo Horizonte, n. 8, jun. 2011. Disponível em: <<http://www.conservacao.org>> Acesso em: 22 de jan.2013.

POLLAK, Michel. **Memória e Identidade Social.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

PIMENTA, Ana Carolina. **Empresas brasileiras com certificação florestal e marketing verde: estratégias comunicacionais do grupo Cikel.** Belém: NAEA, 2008.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: Estrutura ou acontecimento.** Campinas: Pontes, 1990.

SILVA, Maria Alice Siqueira Mendes e. **Sobre a análise do discurso:** São Paulo: UNESP, 2005.

SILVA, Larissa Cássia Tork. et al., **Mapeamento do uso e cobertura da terra em áreas desflorestadas no município de Paragominas – PA nos anos de 1991 e 2008.** Belém, INPE, 2011.

SAWEYR, Donald. Economia verde e/ou desenvolvimento sustentável. **Política Ambiental**, Belo Horizonte, n. 8 jun. 2011. Disponível em: <<http://www.conservacao.org>> Acesso em 22 de jan.2013.

SÁ, Marcio Gomes. **Reflexividade, cidadania e subpolítica**: partindo de Ulric Beck. In Revista Pós Ciências Sociais. São Luis: EDUFMA, v.6, 2009.

SCHMIDLEHNER, Michael. **Dossiê Acre**: O Acre que os mercadores da natureza escondem. Conselho Indigenista Missionário: Regional Acre, 2012.

SECRETO, Verônica. **Soldados da Borracha**. São Paulo: Fundação Perseu Habramo, 2007.

SOARES, Teixeira. **O Marques de Pombal**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

TEIXEIRA, Elizabeth. **As três metodologias**: acadêmica, da ciência e da pesquisa. Belém: UNAMA, 2002.

WILLIAMS. Raymond. **O campo e a cidade na História e na literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

VICENTINI, Yara. **Cidade e História na Amazônia**. Curitiba: Editora da UFPR, 2004.

VALVERDE, Orlando. **A rodovia Belém-Brasília**: Estudo de geografia regional. RJ: Fundação IBGE, 1967.

ZAGALO, F. **Paragominas Município Verde**. 2012. 2 fotografias.

_____1 imagem.

Sites Eletrônicos:

RIBEIRO, Aline. **Uma solução para a Amazônia**. Disponível em <http://revistaepoca.globo.com-> Acesso em 03 de Fevereiro de 2014,13: 05.